

## CAPÍTULO I

# Entre a ausência e a presença

Faz parte dos refinamentos dos governos totalitários de nosso século que eles não permitam que seus oponentes morram a morte grandiosa, dramática dos mártires. O Estado totalitário deixa os seus oponentes desaparecerem em silencioso anonimato.<sup>71</sup>

## DESAPARECIMENTO E LUTAS PELA MEMÓRIA<sup>72</sup>

Foi pela violência que empreendeu contra a população nacional que a ditadura militar argentina (1976-1983), autodesignada Proceso de Reorganización Nacional, se tornaria conhecida. Dentre os métodos empregados para a imposição do terror, destaca-se o desaparecimento forçado daqueles definidos pelas autoridades como “terroristas subversivos” e “inimigos da nação”. Inimigos de uma nação “ocidental e cristã”, como as autoridades militares ressaltariam em seus pronunciamentos públicos. Uma das consequências mais evidentes do uso do desaparecimento forçado como principal metodologia repressiva pode ser constatada na quantidade de vítimas, estimada entre 10 mil e 30 mil pessoas.<sup>73</sup> A maior parte jamais foi localizada, nem se sabe ao certo quando, onde e em que condições foram assassinadas, dando lugar, como reação, a um processo permanente de luto pelos desaparecidos e de reelaboração de sua memória na esfera pública, sobretudo por parte dos familiares.

No contexto latino-americano, outros países também estiveram submetidos a ditaduras militares que empregaram políticas e métodos repressivos similares: censura, ameaças, tortura, sequestro, encarceramento, execuções sumárias e desaparecimento forçado de pessoas. Como já é de conhecimento público, durante os anos da Guerra Fria, a *Doutrina de Segurança Nacional*, promovida na Escola das Américas sob a tutela

71 Arendt (2008a, p. 253).

72 Parte das reflexões apresentadas aqui começou a ser delineada em outro texto, em diálogo com Desirée Azevedo, a quem agradeço imensamente pelas análises críticas desenvolvidas conjuntamente. Ver Sanjurjo e Azevedo (2012).

73 A cifra de 30 mil desaparecidos é defendida pelo movimento de direitos humanos, com base nas denúncias registradas e numa estimativa dos casos jamais denunciados. Para além da possibilidade da confirmação factual da cifra dos “trinta mil detenidos-desaparecidos”, vale salientar a sua força como símbolo da repressão clandestina. O trabalho realizado, em 1984, pela CONADEP comprovou 8.961 desaparecidos, 1.336 pessoas executadas sumariamente e 2.793 pessoas liberadas de centros clandestinos de detenção. A última listagem indicava 9.334 pessoas oficialmente reconhecidas como desaparecidas. Ver CONADEP (2009).

norte-americana, teve implicação direta nas metodologias de “guerra” utilizadas pelas ditaduras no continente americano. O intuito era combater movimentos associados a ideologias definidas no campo político como de “esquerda/marxista/socialista/revolucionária”.

A experiência francesa na Indochina e Argélia assim como a derrota norte-americana no Vietnã, durante os anos da Guerra Fria, levaram à formulação da *Doutrina de Segurança Nacional*, que foi aplicada de forma extensa em toda a América Latina. Concebendo a *guerra contrain-surgente* como uma guerra total e global – pois abrangeria a sociedade civil, abarcando todas as áreas da vida social e estruturando-se internacionalmente –, essa doutrina foi desenhada como uma batalha a ser travada tanto no plano militar quanto mental. Por isso a aplicação da tortura e do desaparecimento forçado como procedimento padrão. Calcula-se que aproximadamente três mil argelinos desapareceram em mãos do exército francês, sendo enterrados em fossas comuns ou jogados ao mar de helicópteros. Cursos de contrainsurgência foram organizados pelas Forças Armadas norte-americanas em 1962 no Panamá e no estado americano da Carolina do Norte, nos quais participaram os generais argentinos Jorge Rafael Videla e Roberto Viola, futuros integrantes da Junta Militar responsável pelo golpe de Estado.

As estimativas do número de vítimas elucidam as particularidades das distintas ditaduras do Cone Sul no que se refere à aplicação dessas metodologias repressivas. A ditadura chilena (1973-1990) deixou um saldo de 30 mil vítimas, incluindo 28 mil presos políticos e 3.200 mortos, dentre os quais 1.200 desaparecidos. No caso brasileiro, estima-se em 500 mortos políticos durante o período militar (1964-1985), cifra que inclui cerca de 140 pessoas desaparecidas. Os anos ditatoriais no Uruguai (1973-1985) produziram 4.700 presos políticos e cerca de 175 desaparecidos, dos quais 130 desapareceram em território argentino. Já a ditadura de Stroessner no Paraguai (1954-1989) levou 15 mil pessoas às prisões e deixou cerca de 340 pessoas desaparecidas. Na América Central, dentre os casos mais dramáticos está o guatemalteco, em que o período de conflito armado (1960-1996) deixou um saldo de aproximadamente 150 mil mortos e 40 mil desaparecidos. No Cone Sul, com seus “*trinta mil detenidos-desaparecidos*”, foi a ditadura argentina que levou às últimas consequências o desaparecimento forçado como principal ferramenta de repressão política.<sup>74</sup>

74 Estes números correspondem a estimativas aproximadas; um saber elaborado a partir da mobilização de grupos de afetados e de outros atores institucionais, já que informações, documentos e arquivos oficiais da repressão jamais foram disponibilizados publicamente, ou o foram apenas parcialmente. Cabe salientar ainda como a própria definição daqueles que são (ou não) considerados e contabilizados como vítimas dessas ditaduras (cuja adjetivação “política” parece central – mortos *políticos*, desaparecidos *políticos* etc.) é alvo de contínuas e

Essa particularidade da ditadura argentina poderia ser explicada pela experiência da ditadura chilena de Augusto Pinochet, que vinha sendo pressionada internacionalmente pelos assassinatos massivos cometidos no país. Ao negar as detenções e execuções sumárias, ou ao esquivar-se da responsabilidade sobre elas, a Junta Militar que encabeçou o Golpe Militar na Argentina, em março de 1976, teria buscado, dentre outros objetivos, se prevenir de possíveis sanções no plano político internacional. Os desaparecimentos eram assim oficialmente explicados pela situação de clandestinidade na qual viviam os membros das organizações armadas no país e no exterior, ou eram atribuídos à atuação da própria guerrilha. Como afirma Giúdice, “o poder totalitário nunca assumiu a responsabilidade sobre o ocorrido, negou sua própria prática de burocratização da morte; para eles não há nome, não há corpos, não há mortos, não há arquivos, não há responsáveis”.<sup>75</sup>

Quando comparadas no contexto latino-americano as ações e as respostas políticas, sociais e jurídicas a estes regimes ditatoriais, sobretudo quando se comparam os diferentes processos engendrados nos países do Cone Sul, pode-se observar como tais respostas se constituíram de maneira bastante distintas. O movimento pelas memórias sobre o período ditatorial e suas vítimas cobra uma força significativa no contexto argentino, bem como dá lugar a um processo permanente de rememoração. Igualmente, a importância política do movimento de direitos humanos, sobretudo em sua vertente familiar, não encontra espelho nos demais países da região, ao menos no que se refere à sua repercussão social e política.<sup>76</sup>

As organizações argentinas de familiares continuam atuantes no cenário político contemporâneo, e não somente aquelas que se gestaram durante a década de 1970 – como é o caso de Madres de Plaza de Mayo, Abuelas de Plaza de Mayo e Familiares de Detenidos y Desaparecidos Por Razones Políticas –, mas também aquelas que se constituíram no final

---

renovadas contendas. Como exemplo, estão as polêmicas suscitadas no Brasil com a divulgação do Relatório da Comissão Nacional da Verdade em 2014, que, embora tenha contemplado em alguns de seus capítulos outras populações que também teriam sido vítimas da ditadura (como populações indígenas), manteve o reconhecimento oficial apenas daquelas vítimas consideradas “políticas” (militantes). Para uma etnografia que, entre outras questões, trata dessa discussão a partir da análise do ativismo de familiares de mortos e desaparecidos políticos da ditadura no Brasil, ver Azevedo (2016).

75 Giúdice (2005, p. 30).

76 Diversos coletivos de familiares de vítimas da repressão policial/estatal se formaram em países latino-americanos (Brasil, Uruguai, Chile, Colômbia, Bolívia, Equador, El Salvador, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru e Guatemala). Esses coletivos emergem como reação à violência de estado perpetrada tanto no período ditatorial quanto pós-ditatorial. Existem, por exemplo, coletivos de H.I.J.O.S. no Chile, Uruguai e Guatemala. Sobre a trajetória de H.I.J.O.S. no Uruguai, ver Sempol (2006). Para acessar informação sobre H.I.J.O.S. na Guatemala, ver <<http://hijosguate.blogspot.com.br>>. A Guatemala possui ainda uma versão feminina da organização, denominada H.I.J.A.S. (Hijas por la Identidad y la Justicia contra la Amnesia y el Silencio). Agradeço especialmente Dorotea Grijalva pelas informações sobre o contexto guatemalteco.

da década de 1990 por jovens, filhas e filhos de desaparecidos, presos e exilados – como H.I.J.O.S.

Em grande medida, por conta da mobilização e do engajamento destas organizações, desenvolveu-se no país, como lembra Valdez,<sup>77</sup> a quase totalidade das opções reconhecidas no que concerne ao tratamento social e institucional de seu passado ditatorial, a saber: 1) a implementação, em 1984, da CONADEP; 2) julgamento oral e público e condenação penal das principais autoridades do regime militar, em 1985 (conhecido como Juicio a las Juntas); 3) leis de anistia (Ley de Punto Final, em 1986, Ley de Obediencia Debida, em 1987 e o indulto concedido pelo ex-presidente Carlos Menem às principais autoridades militares, em 1989 e 1990); 4) confissões públicas de membros das Forças Armadas sobre os crimes cometidos; 5) processos judiciais movidos contra *apropriadores*, cujas protagonistas destas ações são as Abuelas de Plaza de Mayo; 6) medidas de reparação às vítimas (leis de reconhecimento de ausência por desaparecimento forçado e indenizações aos familiares e às vítimas da repressão); e 7) anulação das leis de anistia, em 2005, e reabertura de processos penais referentes aos delitos cometidos no período ditatorial.

Pautadas na Doutrina Internacional dos Direitos Humanos, as iniciativas de criação de comissões extrajudiciais de investigação em distintos países e continentes que experimentaram graves violações aos direitos humanos vêm se constituindo como um importante instrumento de busca pela verdade, justiça e reparação por parte das vítimas e seus familiares. Ainda assim, em alguns casos, tais comissões demonstraram ser bastante insatisfatórias como instrumento efetivo para a resolução de conflitos étnicos, sociais e políticos. A CONADEP, instituída na Argentina por decreto presidencial em dezembro de 1983, foi pioneira do gênero na América Latina, seguida pela Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación (CNVR) no Chile, criada em abril de 1990. Logo, em abril de 1991, estabeleceu-se a Comisión de la Verdad em El Salvador e, em dezembro de 1996, instituiu-se a Comisión para el Esclarecimiento Histórico (CEH) na Guatemala. No Brasil, foi somente em novembro de 2011 que a ex-presidenta Dilma Rousseff sancionou a lei que criaria a Comissão Nacional da Verdade.<sup>78</sup>

As experiências levadas a cabo para tratar o passado de violações aos direitos humanos, assim como a importância na arena política nacio-

<sup>77</sup> Valdez (2001).

<sup>78</sup> A África do Sul contou com a The Truth and Reconciliation Commission (TRC), constituída em julho de 1995. Há também experiências similares no Peru, Timor Leste, na Costa do Marfim e Bósnia-Herzegovina. Para um estudo comparativo das Comissões da Verdade da Argentina, do Chile, de El Salvador, da Guatemala e África do Sul, ver Cuevas, Rojas e Baeza (2003).

nal e internacional do movimento de familiares de desaparecidos, tornam a Argentina um caso paradigmático no que tange às lutas pela construção das memórias dos desaparecidos e da ditadura. Poder-se-ia dizer, de forma simplista, que a dimensão do grupo de afetados poderia ser apontada como uma das causas deste fenômeno. Contudo, julgo pertinente considerar também qual seria o impacto de tradições políticas nos processos de reconstrução da memória coletiva. Como ressalta Funes, “a relação entre recordação e esquecimento, memória, identidade e história na América Latina deve ser traçada em longa duração e em relação estreita com as culturas políticas e os imaginários sociais”.<sup>79</sup>

Diversos autores têm procurado entender, em face do passado ditatorial, os processos sociais que teriam levado ao aprofundamento do conflito político na Argentina. Analisam ainda em que medida as contravérsias que envolvem a história política do país e seus personagens (assim como as representações daquilo que se entende como próprio da *política*) adquirem relevância social, funcionando como fonte de conflitos nesse espaço nacional. Além do mais, enfrentam o desafio de desvelar as razões que levariam o passado de violência a constituir-se no presente em um dos mais relevantes objetos de disputa política da nação.<sup>80</sup>

Alguns analistas afirmam que, desde a metade do século XX, o estado de enfrentamento e de crise política na Argentina teria se tornado crônico e as mobilizações coletivas dos mais diversos setores sociais (Forças Armadas, grupos guerrilheiros, partidos políticos, sindicatos, movimento estudantil) se encontravam fortemente orientadas para o uso da violência. Os atentados dos grupos guerrilheiros, das forças paramilitares e a direttriz de extermínio colocada em marcha pelas Forças Armadas, a partir de 1975, teriam sido parte de um mesmo processo: a consolidação de uma lógica do uso ilimitado do recurso da violência como principal instrumento político.<sup>81</sup> Como afirma Dellasoppa:

79 Funes (2001, p. 54).

80 Como exemplos de análises que nos remetem a essas questões, ver Dellasoppa (1998), Guber (1996b, 2000), Neiburg (1995, 1997), O'Donnell (1982, 1984), Perelli (1992, 1994), Robben (2005) e Sarlo (1985, 2007).

81 Pode-se afirmar que o ano de 1975 inaugura o período mais atroz da repressão na Argentina, quando o governo de María Estela Martínez de Perón concedeu poder ilimitado às Forças Armadas na *guerra contrainsurgente*. A diretiva 333, que constituiu o primeiro *plano tático* para a campanha contrainsurgente, é apresentada em 23 de janeiro de 1975. Sua base constitucional é dada pela Presidenta em 5 de fevereiro, ao assinar o Decreto 261 autorizando as Forças Armadas a “*aniquilar*” a guerrilha rural do ERP em Tucumán. Denominada Operativo Independencia, e sob o comando do General Acdel Vilas, a operação funcionou como um laboratório das práticas repressivas que seriam aplicadas em todo o país. Foi em Tucumán que funcionou o primeiro centro clandestino de detenção argentino: a Escuelita de Faimallá. O Decreto 2772, de 15 de outubro desse mesmo ano, ordenava a realização de operações para “*aniquilar a subversão*” em todo o território nacional. Esse novo *plano tático operacional* é elaborado pelo Exército e assinado pelo General Jorge Rafael Videla, que encabeçaria o golpe em março de 1976. A Marinha também elaboraria seu plano tático (Plan de Capacidades Internas de la Armada – PLACINTARA). A doutrina da *guerra irregular/interna* foi desenhada pelos generais Videla, Viola, Suárez Mason,

O enfrentamento político e militar entre as Forças Armadas e as organizações armadas teve lugar nos marcos do padrão de conflito que tinha sido predominante na sociedade argentina desde 1943, o conflito prolongado com altos níveis de hostilidade inicial entre os partidos conflitantes [...] é com relação a este padrão de conflito que operam tanto as construções ideológicas, os universos simbólicos propostos (e obviamente, incompatíveis) e as estratégias políticas.<sup>82</sup>

O conflito teria atingido o seu ápice quando passa a ser resolvido, quase exclusivamente, já na década de 1970, mediante o assassinato político, a partir de uma lógica guiada pela “necessidade de aniquilamento do inimigo”. Vale destacar que, nesse contexto, a identidade política tornara-se central para a delimitação das fronteiras sociais. Feierstein,<sup>83</sup> por exemplo, lembra como, diferentemente do caso guatemalteco, em que o racismo contra a população indígena articulou a figura étnico-política do “índio comunista”, na experiência ditatorial argentina, a figura do “delinquente subversivo” esteve desvinculada de qualquer referência étnica ou racial; a definição do inimigo teria sido diretamente política: “Desde que o imigrante chega a Argentina fica sujeito à mesma sorte que os argentinos. Ninguém morreu, se é que morreu, por ser espanhol, mas por ser subversivo [...], como também morreram meus homens por defender a nação argentina”.<sup>84</sup>

Tendo em vista tais formulações, parece-me fundamental compreender os processos que teriam levado a *política* a constituir-se em referencial central de diferenciação social no espaço nacional argentino. De acordo com a análise de Neiburg,<sup>85</sup> o uso privilegiado da política como expressão da diferença encontraria explicação, em grande medida, no fato da nação argentina ter sido tradicionalmente representada como uma sociedade relativamente homogênea em termos sociais e culturais. Ou melhor: o

Menéndez e Martínez. A ofensiva militar previa três ações principais: combate, tarefas de inteligência e operações psicológicas. O território seria então dividido em cinco *Zonas de Defesas*. Decide-se também criar uma estrutura flexível, concedendo aos *grupos de tarefa* grande liberdade de ação, cujas células contavam com membros permanentes e rotativos para garantir que o maior número de oficiais participasse diretamente da *guerra suja*.

82 Dellasoppa (1998, p. 372).

83 Feierstein (2007).

84 Ramón Camps (entrevista). Documentos – Camps: los desaparecidos están muertos. *Diario Pueblo de Madrid*, Madri, ano 2, n. 7, p. 62, 27 jan. 1983. O General Ramón Camps desempenhou o papel de chefe da polícia da Província de Buenos Aires durante a ditadura.

85 Neiburg (1995).

imaginário hegemônico da nação argentina<sup>86</sup> se pautaria na representação de uma sociedade homogênea no que se refere, por exemplo, à igualdade no acesso à educação e ascensão social, mas também em termos de sua composição étnica, quando pensada como nação branca e descendente de imigrantes europeus, constituída pelo período das grandes migrações.

Diante dessa autorrepresentação do país como nação socialmente homogênea e igualitária, a política, como ressalta Neiburg, teria passado a ser um *locus* privilegiado de expressão do enfrentamento, da diferença e do conflito, devendo-se assim “entender a lógica social que fez com que a política tivesse ocupado lugar central nas formas de representar a cultura nacional na Argentina”.<sup>87</sup> Observa-se, por conseguinte, como as fronteiras sociais serão delineadas a partir de valores vinculados ao universo da política e como a delimitação destas fronteiras tornar-se-ia fundamental nos processos de diferenciação social.

Nessa mesma direção, Guber afirmaria que,

diferentemente do que ocorre em outros contextos sul-americanos, este país não foi cenário de disputas étnicas, secessionistas, religiosas ou linguísticas. Em lugar disso, as disputas foram predominantemente políticas e expressaram-se como tais, enquanto embates relativos à história.<sup>88</sup>

Embora tais formulações possam ser questionadas – por exemplo, pelas populações indígenas, que reivindicam a sua inscrição na história como alvo de políticas de Estado *genocidas* e como parte das disputas étnicas que teriam sido constitutivas do Estado-Nação argentino –, é a própria ideia de nação que parece se tornar central nestes embates, no sentido daquilo que está posto em jogo: posições conflitantes acerca de um projeto político de nação argentina.

Ao analisar o conflito político nos termos de uma batalha pela identidade e pela cultura nacional, Robben sugere compreender a “*guerra contra a subversão*” como uma “*guerra cultural*”.<sup>89</sup> Ou seja, nem a repressão às mobilizações multitudinárias, nem a proibição à oposição política, nem mesmo o aniquilamento das organizações armadas – consideradas apenas a primeira e segunda etapa do Proceso de Reorganización Nacional –

86 Anderson (1989).

87 Neiburg (1995, p. 133).

88 Guber (2000, p. 99-100).

89 Robben (2005).



teriam sido suficientes para refundar as bases da nação argentina. Objetivando reprimir definitivamente a mobilização de um setor expressivo da sociedade, o terceiro teatro de operações militares teria se dado nas mentes e nos corações do inimigo, acessados por meio da tortura, do cativo, do assassinato, do desaparecimento forçado e da reeducação política.

Dessa forma, Robben<sup>90</sup> apresenta uma explicação funcional à espiral daquilo que designa de violência *política*: as guerrilhas e as Forças Armadas teriam sido o reflexo de uma sociedade que, de forma altamente conflituosa e militarista, vinha travando uma disputa interna para definir parâmetros sociais, políticos e culturais antagônicos. De um lado ou de outro, estabeleceu-se um contrato social com o objetivo de perseguir uma comunidade moral e impor uma nova ordem cultural. As mortes simbolizariam um sacrifício necessário para o bem maior da nação, validando o uso da violência e moralizando os seus meios. Se a revolução almejada pelas organizações armadas e a restauração dos “verdadeiros valores nacionais” pretendida pelos militares golpistas foram projetos culturais irreconciliáveis, o que esteve em jogo, segundo Robben, não foi apenas uma disputa pelo poder, mas uma disputa sobre o espaço da cultura e sobre as condições sociais e culturais da nação.

Embora se limite a tratar do caso argentino sem enveredar por assertivas comparativas, Robben<sup>91</sup> enfatizará que a especificidade do projeto ditatorial argentino consistiu, por um lado, na deliberada obstinação dos militares em, mais do que encarcerar, traumatizar a oposição política – pela aplicação de práticas disciplinadoras (tortura – cativo – desaparecimento) – a fim de imprimir um novo ideal de nação. Por outro lado, a sua particularidade se deveu à extensão do grupo de afetados pela repressão. Se a guerrilha havia sido praticamente dizimada já no início de 1977, o que teria tornado a tortura e o desaparecimento tão perniciosos na Argentina foi o fato de não serem concebidos como efeitos colaterais da *guerra suja*, mas como objetivos conscientes. É dessa constatação que se depreende o esforço de compreender o que especifica a violência política na Argentina e o que a diferencia de experiências análogas na região; diferença materializada naquilo que o autor chamará de pesadelo argentino: o desaparecimento forçado como política sistemática.

Na mesma direção de Robben e ao comparar a violência perpetrada pelas ditaduras na Argentina e no Brasil, O'Donnell argumenta que, no caso argentino, o caráter amplo e radical da repressão pode ser atribuído ao fato do projeto militar não identificar as causa da “verdadeira subver-

90 Id. *ibid.*

91 Id. *ibid.*



são” no aparelho estatal, na guerrilha ou no “corporativismo sem tutela”, mas antes “nos rincões da sociedade em sua capacidade – antagônica, altaneira e plebeia – de retrucar o tempo todo sem deixar de jogar”.<sup>92</sup> Por isso, a repressão não teria se limitado à guerrilha ou a lideranças políticas, mas se dirigiu contra a *subversão*, transformando todos em suspeitos: mulheres e religiosos que desenvolviam atividades em bairros populares; portadores de necessidades especiais que reivindicavam o acesso a direitos; psicólogos por prestarem serviços a militantes; familiares de desaparecidos por buscarem seus entes queridos; pessoas com qualquer tipo de envolvimento em atividades sindicais e políticas ou que esboçassem simpatia pelos assim considerados ideais da “subversão”. O grau de radicalização da repressão durante os anos ditatoriais pode ser exemplificado com as seguintes declarações públicas dos generais Ibérico Saint Jean e Ramón Camps:

Primeiro mataremos todos os subversivos, logo mataremos seus colaboradores, depois [...] seus simpatizantes, em seguida [...] aqueles que permanecem indiferentes e, finalmente, os tímidos.<sup>93</sup>

Desde sempre, a subversão não conhece indiferentes. Essa é uma das coisas que nos ensina a estratégia militar. Ou se está com as Forças Armadas da Ordem ou com a subversão. Além disso, intervém um fato especial: sua dependência de redes internacionais comunistas.<sup>94</sup>

Logo, se a doutrina militar de aniquilamento perseguiu o objetivo de *quebrar* a vontade de lutar do inimigo, combatendo, para tanto, suas convicções ideológicas, foi o espírito humano, conforme afirmava o Almirante Emilio Massera, que se constituiu como o principal campo de batalha da *guerra contrainsurgente*. Após a desintegração e aniquilamento quase total da guerrilha, em abril de 1977 (um ano após o Golpe de Estado), a repressão passaria a se dirigir às principais indústrias, aos bairros operários, às instituições educacionais e aos grupos religiosos.

É considerando o caráter da repressão ditatorial e a extensão do grupo de afetados, mas também tendo em vista a importância do ativismo dos familiares de desaparecidos e a significativa presença das memórias

92 O'Donnell (1984, p. 24).

93 Disponível em: <[www.me.gov.ar/efeme/24demarzo/frases.html](http://www.me.gov.ar/efeme/24demarzo/frases.html)>. Acesso em: 15 jan. 2007.

94 Ramón Camps (entrevista). Me responsabilizo de 5.000 desapariciones. *Tiempo*, Madri, 07 nov. 1983.

da ditadura na vida social argentina, que levam diversos analistas a indagar quais seriam as relações que o fenômeno da memória guarda com o imaginário nacional e com formas específicas de historicidade. Guber,<sup>95</sup> Herzfeld<sup>96</sup> e Perelli,<sup>97</sup> por exemplo, apontam para a centralidade e a importância que pode o passado assumir em certas representações nacionais,<sup>98</sup> quando as imagens do passado são, com frequência, mobilizadas e tendem a ser usadas como referência dos dilemas políticos contemporâneos da nação. Nas palavras de Perelli,

em países “do passado”, muito da autoestima e da identidade das pessoas depende daquilo que é percebido como a grande herança e tradição do país. Além disso, na medida em que o passado é uma obsessão recorrente, o olhar das pessoas tende a se voltar mais a ele do que ao futuro: o passado constitui-se como um quadro de referência constante para qualquer discussão sobre o presente e o futuro.<sup>99</sup>

Desse modo, ao relevar a centralidade que o passado e os embates sobre a história política e seus personagens podem assumir nas representações sobre a nação argentina, pareceu-me pertinente considerar como tais representações são construídas e produzem efeitos na vida social, a exemplo das lutas travadas pelas organizações de familiares de desaparecidos contra o esquecimento e manutenção da memória dos tombados. Longe de optar por uma abordagem de viés culturalista, trata-se de analisar, segundo Guber,<sup>100</sup> os processos produtivos engendrados pelos atores sociais na (re)criação do passado, bem como os processos político-institucionais que levam à construção de diversas práticas de historicidade e temporalidade.

Guber<sup>101</sup> se refere a essa suposta tendência de projeção da nação em direção ao passado, mais que ao futuro, como uma forma específica de

95 Guber (1996b).

96 Herzfeld (1997).

97 Perelli (1992, 1994).

98 Na Argentina, o passado nacional tem tido uma importância política central, sendo a nação recorrentemente narrada como um país onde a nostalgia floresce. A memória da imigração europeia do final do século XIX e início do século XX, por exemplo, constitui um dos eixos de referência a partir do qual o imaginário da nação argentina está pautado. Assim, constantemente remete-se a uma certa interpretação nacional que faz referência a um tempo em que a Argentina estava entre as nações mais ricas do mundo e que prometia um futuro glorioso, terra de promessa para milhares de imigrantes.

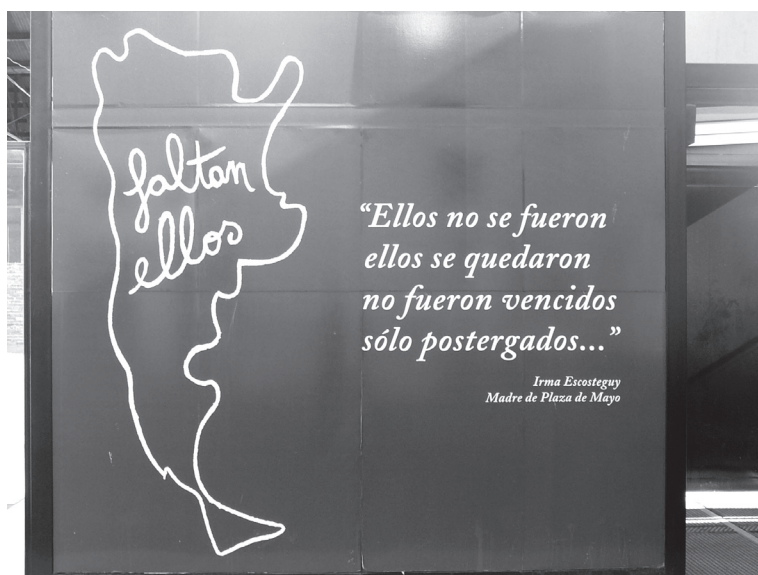
99 Perelli (1992, p. 416).

100 Guber (1996b).

101 Id. *ibid.*

historicidade que, segundo ela, teria sido recorrente na sociedade argentina desde, pelo menos, a metade do século XX. Essa forma de historicidade consistiria na construção de uma temporalidade política cíclica, na qual a imagem do passado emerge como uma sucessão de fragmentos inconclusos e pendentes, sendo tais ciclos políticos caracterizados por exclusões violentas e por rupturas dramáticas da continuidade. De acordo com essa lógica, os excluídos necessitam de seus mortos para resistir ao esquecimento, transformando suas relíquias numa lembrança do compromisso de retomar uma era de glória que teria ficado inconclusa.

Nesse sentido, quando a Asociación Madres de Plaza de Mayo afirma que a sua luta está direcionada à continuação do projeto revolucionário inacabado de seus filhos desaparecidos, ou quando as Abuelas de Plaza de Mayo enfatizam que os netos *apropriados* pelas forças de repressão precisam *restituir* suas identidades (em que identidade familiar e política parecem combinar-se), parece-me ser preciso indagar em que medida as ações empreendidas por estas organizações e as maneiras a partir das quais ressignificam a memória dos desaparecidos encontram relação com uma forma específica de historicidade, na qual o passado político e seus personagens ocupam lugar significativo nas práticas sociais do presente.



**Figura 2** Banner com frase de uma Madre de Plaza de Mayo, na entrada do antigo centro clandestino de detenção El Olimpo, no bairro portenho de Floresta, transformado em um espaço de memória.

Foto: Liliana Sanjurjo.

## DESAPARECER É MATAR A MORTE

Creio que o compromisso que temos hoje é o de não deixar que morram. Ou seja: eles foram mortos, mas pedimos justiça porque não queremos que eles morram verdadeiramente. É por isso que lutamos, além de justiça e castigo a todos os culpados.<sup>102</sup>

Familiares assumem como próprias as causas de luta de seus filhos, reivindicam todos os seus desaparecidos como lutadores populares e entendem que, quando neste país acontecer a situação pela qual lutavam esses desaparecidos, isto é, que se derrote o imperialismo e que se imponha a soberania do povo, teremos alcançado nossos objetivos. Como gente nascida de nossos filhos, devemos ser continuadores de sua luta.<sup>103</sup>

“*Desaparecer é matar a morte*”. É desta forma que Rafael Beláustegui define o destino de seus três filhos desaparecidos. Eles nunca morreram, desapareceram. Marcar e sustentar a distinção entre morrer e desaparecer tem sido uma questão de luta para o movimento de familiares de desaparecidos na Argentina. O desaparecimento forçado e o homicídio seriam crimes de natureza distinta, seus efeitos e implicações sociais difeririam e, portanto, não poderiam ser tipificados como um mesmo delito. Desaparecer equivaleria a matar o morto, sua memória e sua história. Se a intenção de aniquilamento dos “inimigos da nação” foi tão extrema, ao ponto de eliminar qualquer vestígio da existência do “outro”, a reação virá em espelho: “*trinta mil detenidos-desaparecidos! Presentes, Ahora y Siempre!*”. Da perspectiva deste lema, os desaparecidos devem permanecer vivos, através do trabalho de memória, como modelos de conduta para as futuras gerações.

Ao lançar luz sobre os processos produtivos engendrados pelos atores sociais na (re)criação do passado e na construção de práticas de historicidade e temporalidade, parto do entendimento de que a repercussão das memórias dos desaparecidos e do passado ditatorial na Argentina deve

102 H.I.J.O.S. (2001, p. 136).

103 Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas (1985, p. 4).

ser analisada considerando a produção de sentidos aos mortos, à violência sofrida e, sobretudo, ao desaparecimento como “crime político”. A produção desses sentidos, processo que inclui o esforço de categorizar o desaparecimento forçado como *delito de lesa-humanidade*, é parte de uma luta histórica travada pelo movimento de familiares na elaboração de uma narrativa sobre esse *evento crítico*.<sup>104</sup> Além do mais, constitui uma estratégia jurídica no campo do direito internacional para processar os responsáveis por esse crime. O desaparecimento forçado passaria então a ser entendido como um crime de natureza aberrante, conformando, juntamente com o *genocídio*, uma categoria de delitos (*de lesa-humanidade*) considerados imprescritíveis. Desta forma, continuaria sendo passível de sanção penal, independentemente do tempo transcorrido dos fatos.

Em agosto de 2009, em uma homenagem organizada para o Dia Internacional do Desaparecido, familiares se reuniram no Parque de la Memoria, espaço de memória localizado na costa norte da cidade de Buenos Aires. O parque conta com um “Monumento às Vítimas do Terrorismo de Estado”, conformado por enormes murais (no formato de uma ferida aberta na terra), nos quais estão cravadas 30 mil placas, 9 mil delas inscritas com os nomes das vítimas da repressão. Os nomes estão ordenados alfabeticamente, segundo o ano de desaparecimento e/ou assassinato (no período compreendido entre 1969 e 1983),<sup>105</sup> especificando a idade da vítima, data do desaparecimento e, no caso das desaparecidas grávidas, mencionando essa condição.<sup>106</sup>

104 Entendo que o *desaparecimento forçado de pessoas* pode ser lido a partir da noção de *evento crítico* de Veena Das (1995, 2007), pois, além de redefinir a história das famílias afetadas e instituir novas modalidades de ação histórica, tal evento levaria à resignificação de diversas categorias (identidade, verdade, natureza, pureza, honra), bem como dos sentidos atribuídos ao martírio e à vida heroica. O evento do *desaparecimento/apropriação* de crianças, em particular, se viu atravessado por diversas instituições: família, agências humanitárias transnacionais, Estado (que empreendeu ações para viabilizar a *restituição* das crianças sequestradas e reparar as famílias das vítimas), Justiça (por meio da formulação de legislações específicas) e saber científico (através do desenvolvimento da genética e antropologia forense, permitindo comprovar a filiação biológica dos bebês *apropriados* e a localização dos restos de desaparecidos). Entendimento semelhante é empregado por Araújo (2014) em sua etnografia entre familiares de vítimas de violência no Rio de Janeiro.

105 Embora 1976 seja o ano do Golpe Militar, entende-se que a repressão se inicia em 1969, com a intensificação dos desaparecimentos e assassinatos políticos durante a ditadura militar de Juan Carlos Onganía (1966-1970).

106 O projeto Parque de la Memoria – Monumento a las Víctimas del Terrorismo de Estado resultou de uma iniciativa de organizações de direitos humanos em conjunto com um grupo de legisladores. Tais atores conformaram a Comissão Pró-Monumento para a elaboração e implementação do projeto, que foi convertido em lei em julho de 1998. O parque foi oficialmente inaugurado em novembro de 2007. Para uma análise das discussões travadas no interior da Comissão Pró-Monumento acerca dos diferentes critérios sustentados para a definição de quem seriam as *víctimas del terrorismo de Estado*, ver Vecchioli (2001).



**Figura 3** Mural que compõe o Monumento às Vítimas do Terrorismo de Estado, no Parque de la Memoria em Buenos Aires.

Foto: Liliana Sanjurjo.



**Figura 4** Familiares colocam flores nos nomes de seus desaparecidos nos murais do Parque de la Memoria em Buenos Aires, em 30 de agosto de 2009.

Foto: Liliana Sanjurjo.

Durante a homenagem, enquanto percorríamos os murais cercados por fotógrafos e jornalistas, familiares depositavam flores sobre as placas

de seus desaparecidos. Outros discursavam, falando em representação de cada uma das organizações (Abuelas, Familiares, H.I.J.O.S., Madres e um neto *restituído*). Uma *madre*, por exemplo, afirmou serem elas as guardiãs da memória dos desaparecidos, lembrando que continuariam incansavelmente lutando pela realização da justiça. Ao término do percurso, flores foram lançadas ao Rio da Prata, água que representa para muitos o destino de seus entes queridos.<sup>107</sup>

Em sua militância, atos e rituais, pude observar como os familiares buscam devolver identidade aos desaparecidos, procurando visibilizá-los e reaparecê-los, por meio de diversos recursos, como a nomeação das vítimas, exposição de suas fotografias ou outras formas de representação (silhuetas, por exemplo). Como é comum nessas ocasiões, uma lista com os nomes das vítimas foi lida e, após cada nomeação, respondia-se em coro a palavra de ordem “*Presente!*”. Finalizando a homenagem, Marta Vásquez, integrante de Madres, discorreu sobre a batalha travada pelo movimento de direitos humanos a favor da inclusão de uma Convenção Internacional contra o desaparecimento forçado na carta da ONU, reiterando a necessidade de condenação penal dos responsáveis e a importância da presença dos desaparecidos na memória nacional:

Aqui estamos mães, pais, familiares e amigos. Hoje lembramos deles, muito especialmente. Eles foram arrancados do seio de nossos lares. Foram levados e jogados em um cúmulo de sombras do qual não conseguimos fazê-los voltar. E como disse Videla: “os desaparecidos não são, não estão”. Mas como estava enganado! Os desaparecidos são e estão! Seguem estando permanentemente e, a cada dia, com mais força em nossos corações. Seguem estando em todas as suas famílias, em todos os seus amigos e em toda a sociedade. Não foram uma perda inútil. Tem sido um triunfo tê-los. E que nos ajudem e nos iluminem do lugar onde se encontram. A luta que empreendemos quando se formou a FEDEFAM em janeiro de 1981. Saímos em busca de nossos filhos. Mas em pouco tempo, no segundo congresso em Caracas, nos ensinaram que precisávamos de uma Convenção. Não sabíamos do que

107 Como já é amplamente conhecido, um dos principais meios empregados para a eliminação dos desaparecidos foram os denominados “voos da morte”. Aviões da Marinha eram utilizados para lançar os sequestrados ainda vivos e sedados nas águas do Atlântico Sul ou do Rio da Prata.



se tratava. Mas aprendemos e lutamos durante 33 anos com garra, com os vários companheiros de diferentes momentos da FEDEFAM. Até que, no ano de 2006, obtivemos esse adendo, conseguimos a Convenção contra o desaparecimento forçado de pessoas. [...] Precisamos que chegue a 20 países para que essa Convenção possa ser efetiva, para que essa Convenção possa intervir em todos os países onde os Direitos Humanos são violados, especialmente o desaparecimento forçado, e que seja feita uma prevenção, uma investigação e que sejam condenados os responsáveis, de acordo com a justiça.<sup>108</sup>

As organizações argentinas de familiares reunidas na Federación Latinoamericana de Asociaciones de Familiares de Detenidos-Desaparecidos (FEDEFAM) trabalharam durante anos pela criação de um projeto de Convenção Internacional contra o desaparecimento forçado, participando como membros consultivos de um grupo interseccional no âmbito das Nações Unidas. Em 2007, a então Presidenta Cristina Kirchner anunciava que a Argentina seria o primeiro país a apoiar formalmente a iniciativa, liderando, juntamente com a França, a campanha internacional para a obtenção das assinaturas necessárias para a ratificação e entrada em vigência do documento, o que se concretizou em dezembro de 2010.

A Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados constitui hoje um instrumento jurídico que reconhece o desaparecimento como *crime de lesa-humanidade* e reafirma o direito à reparação, à justiça e à verdade. Entre as propostas argentinas incluídas, definiu-se que, para a prevenção e sanção penal contra a *apropriação* de crianças submetidas ao desaparecimento forçado, se confirma o princípio de sua restituição à família de origem e o seu direito a recuperar a identidade.<sup>109</sup>

Além dessa batalha empreendida pelos familiares para a definição de uma figura jurídica ao desaparecimento forçado, outros sentidos foram sendo produzidos e atribuídos a esse evento crítico. Ele tem sido definido também como uma forma de supressão radical dos assim considerados

108 Discurso de Marta Ocampo de Vázquez, integrante de Madres de Plaza de Mayo-Línea Fundadora, registrado em 30 de agosto de 2009, no Parque de la Memoria em Buenos Aires. Marta é mãe de María Marta Vázquez Ocampo, sequestrada em 14 de maio de 1976, junto ao seu marido César Lugones Casinelli. Ambos eram militantes da Juventud Peronista (JUP). No momento do sequestro, sua filha estava grávida de cinco meses. Além de participar de Madres-Línea, Marta foi presidente da FEDEFAM.

109 Esta proposta está incluída no artigo 25 da Convenção.

“inimigos da nação”. Tal prática transcenderia o homicídio na medida em que teria pretendido eliminar qualquer rastro ou vestígio de existência do “outro”. Como coloca Martorell, nesta prática repressiva existe uma “intenção que se dirige à destruição para além da putrefação: arrancar o outro da existência simbólica, deixá-lo no nada, no aniquilamento”.<sup>110</sup>

Ou melhor, na bibliografia argentina sobre o tema, o desaparecimento é, em grande medida, construído como a subtração de um saber sobre essa ausência e sobre o ausente. Muñoz e Pérez,<sup>111</sup> por exemplo, destacam que a condição de *desaparecido* está definida por uma negação, por aquilo que se ignora do indivíduo: seu lugar de cativeiro, o destino de seus restos, sua história. No que tange à sua materialidade, são eliminados seus rastros, seus vestígios e marcas de existência, seu corpo e, por conseguinte, a possibilidade de um lugar de sepultura. Simbolicamente, é apagada a sua história, sua memória, sua descendência (bebês *apropriados*), seus laços sociais, sua cultura política (já que são desaparecidos por razões políticas) e sua identidade (pessoal, familiar e política). O desaparecimento constituiria, desse modo, uma forma de aniquilamento radical da pessoa: material e simbólico.

No que se refere ao entendimento do desaparecimento como uma forma de banimento identitário, Calveiro salienta que no contexto dos centros clandestinos de detenção:

Toda identidade resultava arrebatada, das filiações políticas até a primeira e última identidade distintiva de toda pessoa: seu nome. O preso deixava de ser considerado uma pessoa com nome para ser convertido num corpo com um número, iniciando-se o processo dos sucessivos desaparecimentos, que culminariam nos N.N., os cadáveres sem nome nem história.<sup>112</sup>

É nesse sentido que Crenzel<sup>113</sup> também afirma que o desaparecimento seria uma morte “destituída de identidade”.

Dessa perspectiva, uma das consequências desse crime seria a ruptura nos processos de transmissão geracional, como é o caso de muitos filhos de desaparecidos que desconhecem sua filiação e a biografia de seus pais. No plano coletivo, tal prática repressiva seria concebida como uma

<sup>110</sup> Martorell (2001, p. 157).

<sup>111</sup> Muñoz e Pérez (2005).

<sup>112</sup> Calveiro (2005, p. 143).

<sup>113</sup> Crenzel (2008).

tentativa de interrupção da transmissão de memórias e culturas políticas, conforme salienta Schindel:

O regime desaparecedor se propôs a deixar os desaparecidos fora do relato da nação, destruindo suas vidas e apostando na impossibilidade da recordação pela ausência do cadáver: excluídos dos sistemas de inscrição da morte, os desaparecidos o seriam também da consciência coletiva.<sup>114</sup>

Por isso, o movimento de familiares entende que, para além dos desaparecidos, a ditadura propôs eliminar, sobretudo, os ideais políticos que as vítimas defendiam, como coloca Norberto Berner, filho de desaparecido e integrante de H.I.J.O.S.:

[...] a minha geração sente um pouco a falta de outra geração, tanto no político quanto no acadêmico, em todos os espaços que nos movemos. Falta a passagem geracional e isso se sente. Em geral, falamos nesses termos. Ou seja, por um lado, não foram somente 30 mil desaparecidos, foram 30 mil, mais as famílias, mais os companheiros. Ou seja, o desaparecimento não apenas físico, mas também daquilo que politicamente significavam ou, socialmente, dos laços de solidariedade que havia: os laços sociais, o interesse pela coisa pública, que é o fundamento da política. É muitíssimo mais grave o que fez a ditadura do que os 30 mil desaparecidos. E nossa geração sente isso, sentimos muitíssimo. Temos que reinventar tudo.<sup>115</sup>

A dificuldade na reconstrução da biografia e história dos desaparecidos é também explicada pela juventude da maior parte das vítimas. Segundo dados reunidos pela CONADEP em 1984, cerca de 80% dos desaparecidos tinham entre 16 e 35 anos de idade. Por isso, o desaparecimento é entendido também como um aniquilamento em termos geracionais. Elsa, que integra Abuelas de Plaza de Mayo, expressa essa dificuldade quando

114 Schindel (2002, p. 30).

115 Memoria Abierta, testemunho de Norberto Carlos Berner, Buenos Aires, 2002. O pai de Norberto, militante de Montoneros, foi sequestrado em janeiro de 1977 e continua desaparecido. Sua mãe foi sequestrada em julho de 1978, passando pelos centros clandestinos de detenção El Banco e El Olimpo, até ser liberada em janeiro de 1979. Norberto é integrante de H.I.J.O.S.

fala sobre suas quatro filhas (que tinham entre 18 e 23 anos de idade no momento do sequestro), seu marido, seus dois genros e dois netos desaparecidos, estes últimos *apropriados* quando bebês. Devido à recorrência desses dramas pessoais, o desaparecimento tende a ser definido pelos atistas como uma *prática genocida*, seja no âmbito familiar (ao eliminar grupos familiares inteiros e a sua descendência), seja no âmbito nacional (ao eliminar uma parcela significativa da população que representava o pensamento político dissidente).

Na época trágica de nosso país, eliminaram as minhas quatro filhas, o meu marido, os meus dois genros e dois netinhos que ficaram (foram apropriados). Porque duas das meninas estavam grávidas, das quais, infelizmente, eu nunca pude saber nada. Ou seja, são nove pessoas desaparecidas da minha família. [...] Marina foi a que menos deixou porque era a mais juvenzinha... Imagine, saiu de casa aos 17 anos e faleceu aos 18. Não, não deixou muito. E Beatriz desapareceu aos 19 anos. Bom, sei lá, foi um massacre. Um massacre inútil, pois penso que se hoje estivessem todos vivos seriam uma geração incrível. O país tem um vazio de tudo isso que desapareceu. Porque, claro, foi a juventude mais sensível desse país, mais capaz de sua verdadeira consciência cidadã, de ser partícipes de uma... de fazer do país algo realmente melhor.<sup>116</sup>

Como esses exemplos mostram, o desaparecimento é representado como uma tentativa de aniquilamento de pessoas, memórias e projetos políticos, cujo objetivo foi enclausurar o passado e evitar que o legado do “inimigo” fosse transmitido para as gerações subsequentes. O sequestro de filhos de desaparecidos, em grande parte, *apropriados* pelos próprios repressores ou por famílias vinculadas aos mesmos, dá o tom da radicalidade dessa proposta de eliminação. A presidente de Abuelas de Plaza de Mayo, Estela de Carlotto, enfatiza que “lindos bebês” eram considerados a posse mais valiosa dos desaparecidos, um recipiente vazio que deveria ser incluído no “seio de uma família cristã” para apagar a memória de seus “provedores subversivos”. Esta categoria particular de desaparecidos, bebês e crianças, constitui, tristemente, mais uma especificidade da

116 Memoria Abierta, testemunho de Elsa Sánchez de Oesterheld, Buenos Aires, 2001.

ditadura argentina diante das experiências ditatoriais que tiveram lugar no Cone Sul.

Conforme já discutido, construiu-se um entendimento de que os militares argentinos tendiam a definir o grupo de “inimigos” tão somente pela sua identidade política. Embora existam inúmeros testemunhos que relatam o “tratamento especial” que recebiam os prisioneiros de origem judaica e a presença de símbolos nazistas nos centros clandestinos de detenção (suásticas e fotos de Hitler), o que teria funcionado como fator determinante para a categorização de uma pessoa como “inimigo” foi sua identidade política.

Parece-me pertinente destacar aqui a colocação de Crenzel<sup>117</sup> quando aponta que o caráter de crime político distingue o desaparecimento forçado perpetrado durante os anos ditatoriais dos crimes ontológicos. Para tanto, recorre à comparação com o Holocausto, ressaltando que, enquanto para os nazistas os judeus deveriam ser destruídos pela sua condição biológica (como raça), para as Forças Armadas argentinas os subversivos poderiam ser assimilados e recuperados desde que assumissem os valores de seus captores. Como aponta Feierstein,<sup>118</sup> tal contraponto com a experiência do Holocausto permite distinguir processos de aniquilamento de grupos sociais baseados em seu *ser* daqueles baseados em seu *fazer*. Ou melhor, no caso argentino, a figura do “outro” a ser aniquilado foi construída pautada em seu *fazer* político e consciente, produto de sua vontade.

Essa distinção entre crimes políticos e ontológicos poderia ser corroborada pelos testemunhos de sobreviventes, oriundos principalmente do centro clandestino ESMA, que relatam as tentativas de “recuperação” de certos presos políticos, assim como pela *apropriação* de filhos de desaparecidos para, segundo a lógica dos militares golpistas, criá-los dentro dos valores “ocidentais e cristãos da verdadeira família argentina”.

Mas não é apenas para estabelecer uma analogia entre crimes ontológicos e políticos que o Holocausto torna-se referência. Em seus trabalhos, o sociólogo Daniel Feierstein<sup>119</sup> tem procurado analisar a política de desaparecimento de pessoas durante a ditadura como uma *prática social genocida*. A sua argumentação aponta em duas direções: por um lado, articular uma fundamentação jurídica, defendendo que a experiência ditatorial argentina poderia ser categorizada sob o tipo penal *genocídio*, a fim de impor um discurso de *verdade* e abrir a possibilidade de atuação material efetiva (processos penais); por outro lado, sustentar politicamente

117 Crenzel (2008).

118 Feierstein (2007).

119 Id. *ibid*.

te, sob o termo *genocídio*, uma representação sobre o passado ditatorial, atribuindo um sentido à memória do ocorrido.

No que se refere ao desenvolvimento de seu fundamento jurídico, Feierstein<sup>120</sup> analisa o processo de formulação e aprovação da Convenção para a Sanção e Prevenção do delito de Genocídio da ONU, de 1948, no contexto da Guerra Fria, para questionar a arbitrariedade da exclusão dos “grupos políticos” dentre as populações protegidas pelo documento.<sup>121</sup> Remetendo-se às versões preliminares do texto da Convenção, nas quais estavam contemplados os “grupos políticos”, o autor argumenta que *genocídio*, assim como qualquer tipo penal, deveria ser definido pela tipologia da ação (morte coletiva em face da morte individual) e não pelas características da vítima (étnica, religiosa, racial ou política). Como corolário, não é a identidade da vítima o que especifica o delito, mas antes as características da ação material cometida, entendida, neste caso, como a implementação por parte da autoridade do Estado de uma ação massiva de extermínio, dirigida contra um grupo social com o objetivo de destruí-lo fisicamente e impedir a reprodução biológica e social de seus membros.

Nesse sentido, as práticas genocidas devem ser analisadas a partir de uma lógica que encontra no racismo o seu fundamento ideológico; racismo que pode ser estruturado combinando diversas características do grupo a ser aniquilado (étnicas, religiosas, políticas, sexuais etc.). Para Feierstein, do ponto de vista jurídico, uma definição mais ampla dessa tipologia penal poderia resolver suas contradições e garantir a igualdade perante a lei dos diversos grupos vitimizados. Tendo em vista que a Convenção sobre o Genocídio da ONU contempla em suas linhas apenas os “grupos nacionais, étnicos, raciais e religiosos”, o autor encontra na categoria “grupo nacional” a possibilidade de definir o ocorrido durante os anos ditatoriais na Argentina como um *genocídio*.

Buscando afastar-se de uma abordagem excessivamente normativa do fenômeno, Feierstein prefere analisar o genocídio enquanto prática social, a qual define como toda

tecnologia de poder cujo objetivo radica na destruição das relações sociais de autonomia e cooperação e da identidade de uma sociedade, através do aniquilamento

<sup>120</sup> Id. *ibid*.

<sup>121</sup> Como demonstra Feierstein, a inclusão dos grupos políticos poderia comprometer a ratificação do documento pelos países-membros da ONU. Tendo em vista um possível envolvimento da comunidade internacional em suas lutas políticas internas, a União Soviética estalinista teve peso considerável nessa decisão. Por conseguinte, acabou-se por definir *genocídio* como uma nova tipologia jurídica entendida como todo ato perpetrado com a intenção de destruir, total ou parcialmente, a um “grupo nacional, étnico, racial ou religioso enquanto tal”.

de uma fração relevante (seja pelo seu número ou pelos efeitos de suas práticas) dessa sociedade e do uso do terror, produto do aniquilamento para o estabelecimento de novas relações sociais e modelos interpretativos.<sup>122</sup>

Baseado nesse entendimento, o autor sustenta que, através do terror e da morte, os militares pretenderam “reorganizar nacionalmente” a trama das relações sociais, destituindo projetos de autonomia e imprimindo uma verticalidade que não foi apenas ideológico-política, mas também religiosa e cultural (a ocidentalidade cristã). Para tanto, o projeto militar considerou necessário excluir as identidades consideradas nocivas para a moral, a ideologia, a família e as instituições da nação, ao passo que *subversão* foi a categoria englobante utilizada para especificar o “grupo da população nacional” a ser aniquilado, cuja caracterização pautou-se no tipo de prática política (a militância) que os *delinquentes subversivos* encarnavam.

Feierstein aponta ainda para a importância de entender as particularidades do genocídio perpetrado contra grupos políticos (*politicídio*), já que a forma de definição das vítimas poderia ser reveladora das distintas necessidades e funcionalidades de práticas sociais genocidas particulares. Por isso ressalta que,

quem sabe, procurando compreender o que os setores dominantes queriam destruir quando definiam aquela entidade que qualificaram como “delinquência subversiva”, possamos descobrir [...] que tipo de relações sociais lutaram por ser hegemônicas em nosso país.<sup>123</sup>

Finalmente, Feierstein compreenderá o genocídio como uma tecnologia de poder na qual a negação do “outro” encontra o seu ponto limite: negar a sua existência material e simbólica. Ou melhor, um processo genocida constituiria-se por distintas etapas de aniquilamento da identidade dissonante, que vão desde o seu extermínio material (o desaparecimento de pessoas e seus corpos) até o aniquilamento simbólico (a memória histórica e social da existência). Portanto, o desaparecimento como política sistemática durante a ditadura argentina é construído aqui como uma forma de fazer “desaparecer os corpos que encarnavam relações sociais

122 Feierstein (2007, p. 83).

123 Id. *ibid.*, p. 349.



críticas, contestatárias e solidárias como forma de obter, através do terror e do aniquilamento, a clausura das mesmas no conjunto”.<sup>124</sup>

Essa digressão à análise de Feierstein não é casual. A sua interpretação tem sido acionada tanto no contexto do ativismo pela memória empreendida pelo movimento de familiares quanto no âmbito jurídico (poderíamos também afirmar o inverso, ou seja, que a análise de Feierstein está pautada nas narrativas sobre o desaparecimento que circulam na vida social). Se, por um lado, os familiares mobilizam as categorias *genocídio* e *genocida* para denunciar repressores e como forma de representação do ocorrido, advogados e procuradores recorrem à figura do genocídio como estratégia para a obtenção de condenações mais amplas e efetivas. Em ambos casos, a (re)apropriação da categoria *genocídio* é parte da luta pela afirmação de sentidos ao passado de repressão, cabendo destacar que a construção de uma verdade jurídica sobre o ocorrido é chave nesse processo.<sup>125</sup>

Observa-se assim como os debates produzidos no campo acadêmico sobre o desaparecimento e a ditadura atravessam o campo de ativismo político dos familiares das vítimas, atuando de maneira articulada. É nesse cruzamento discursivo (político, jurídico, acadêmico e afetivo) que os sentidos sobre o passado e sobre quem foram os desaparecidos vão ganhando forma. Nesse processo, o desaparecimento forçado é transformado em um acontecimento político da nação. O ocorrido durante a ditadura passa a ser entendido pelos ativistas nos termos de um *Terrorismo de Estado*,<sup>126</sup> o desaparecimento sistemático de pessoas como uma *prática social genocida*<sup>127</sup> e a existência de centenas de campos de detenção clandestinos como um *poder concentracionário*,<sup>128</sup> que atuou como peça-chave da política repressiva, funcionando como metáfora da operatória aplicada ao conjunto da sociedade.

Foi acionando tais análises que um representante de H.I.J.O.S., no contexto de um seminário sobre políticas de memória, em outubro de 2009, apresentava o posicionamento político da organização:

Dizemos que diferenciamos os fins do genocídio de sua instrumentalização. Nesse sentido, podemos dizer que

124 Id. *ibid.*, p. 330.

125 Feierstein foi convocado como *expert/testemunha de conceito* durante o julgamento contra 14 repressores que atuaram na Unidad 9 da cidade de La Plata, sendo a sua argumentação utilizada como fundamento da acusação para formular o pedido de condenação dos processados pelo crime de genocídio.

126 Duhalde (1999).

127 Feierstein (2007).

128 Foucault (2008), Calveiro (2005, 2008).

a implementação de mais de 300 centros clandestinos de detenção, tortura e extermínio constituíram somente uma parte da instrumentalização do genocídio. Mas os efeitos desses centros clandestinos de detenção, tortura e extermínio não estavam destinados somente aos que estavam ali dentro. Isto é, a função principal desses centros era sua potência de irradiar o terror para o conjunto da sociedade. [...] Denominam-se centros clandestinos porque a clandestinidade não faz alusão ao caráter secreto de seu funcionamento. Porque era estritamente necessário que se soubesse o que ali sucedia para o êxito de sua intenção de aterramento. E disso dão conta a quantidade de testemunhos dos vizinhos. Não só as testemunhas dos procedimentos de detenção, dos sequestros e das operações, mas dos vizinhos dos centros clandestinos, que nos bairros sabiam o que ali sucedia. Sempre a meia-voz, obviamente. Por isso, o clandestino dos centros clandestinos tinha a ver com a ilegalidade das práticas. Temos essas duas questões fundamentais. Por um lado, a constituição da sociedade concentracionária, na qual cada habitante é, em maior ou menor grau, testemunha daquilo que está sucedendo e, por outro, testemunha da instalação de um poder capaz de transgredir a lei e cometer os delitos mais aberrantes com total impunidade, à vista de todos. [...] Destacado estes dois aspectos daquilo que implica viver em um regime genocida, o exercício de abordar criticamente o sucedido nos impõe vários desafios. Por um lado, buscar as ferramentas para defender o fim da impunidade, visibilizando, em primeiro lugar, que aqui houve um genocídio, contrariando, por sua vez, a Teoria dos Dois Demônios. [...] A partir de H.I.J.O.S., sustentamos que é necessária uma memória incômoda sobre o genocídio e suas consequências.<sup>129</sup>

Tendo em vista tais entendimentos sobre o desaparecimento forçado, o ativismo pela memória pode ser analisado como uma reação dos

129 Discurso de representante de H.I.J.O.S. registrado durante a realização do “*Seminário Internacional Políticas de la Memoria*”. O evento foi organizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Nação e Centro Cultural Haroldo Conti, no dia 7 de outubro de 2009, em Buenos Aires.

familiares aos sentidos que atribuem a esse evento crítico: dado que o mesmo está representado como uma forma de eliminação radical (material e simbólica), o ativismo pela reconstrução dessas memórias e identidades desaparecidas (individual, familiar, política) torna-se um imperativo e questão central do movimento. Essa reação pode tanto responder a uma lógica instrumental (busca pela condenação penal e moral sobre os crimes perpetrados) quanto simbólica e afetiva (uma forma de reagir a essa morte destituída de identidade).

Neste ponto, julgo pertinente considerar a análise de Catela<sup>130</sup> quando indaga em que medida o desaparecimento teria incidido em dois momentos-chave da vida social, tidos como fundamentais para a construção e desconstrução social de pessoas e relações: o início e o fim da vida. Tal indagação parte da premissa de que os rituais associados ao nascimento e à morte são fundamentais para os processos de inscrição social. Ou seja, com o nascimento, o sujeito passaria a ser construído como pessoa, através de diversas formas de classificação social (atribuição de um nome, filiação, classe social etc.), ingressando assim no mundo da cultura.<sup>131</sup> Já o fim da vida, por outra parte, está constituído por uma série de rituais e diferentes formas de classificação da morte, que marcam a relação dos mortos com os vivos.<sup>132</sup>

Sob essa ótica, Catela analisa como, no contexto argentino, o desaparecimento de corpos e bebês teria provocado a desarticulação de identidades e, diante disso, os familiares de desaparecidos tiveram que criar formas para lidar com uma nova categoria de pessoa (os desaparecidos): “Essa nova categoria de pessoas surge de uma negação da morte, que busca colocar em juízo um ciclo de terrorismo de Estado”.<sup>133</sup> No caso dos adultos, são aqueles que não morreram, desapareceram. Neste caso, o imperativo é recuperar sua história, memória e identidade. No caso das crianças, são aquelas que não nasceram, desapareceram. O imperativo, neste outro caso, é fazê-las renascer, através do trabalho de *restituição* de suas *verdadeiras* identidades, conforme propõe Abuelas. É nestes termos que Verónica Castelli, integrante da Comissão Herm@nos de H.I.J.O.S., comenta. Verónica tem os pais desaparecidos e uma irmã *apropriada*, nascida durante o cativado de sua mãe, com a qual pôde se reencontrar em 2008.

130 Catela (1998a, 1998b, 2001, 2005).

131 Nessa mesma direção, Fonseca e Brites (2003) afirmam: “Para a criança tornar-se humana, não basta nascer; ela deve ser recepcionada pelo corpo social. Por determinados ‘ritos de recepção’, os pais, a família extensa, a comunidade e o próprio Estado vão conferindo atributos a esse pequeno ser até ele tomar corpo, passando a existir socialmente. A criança adquire assim certos marcos de identificação – uma idade, um nome individual, uma história familiar –, considerados elementos fundamentais para sua interação com outros membros do grupo” (id. *ibid.*, p. 1).

132 Para uma revisão das diferentes abordagens antropológicas que tratam dos processos sociais relacionados ao início e o fim da vida, ver Kaufman e Morgan (2005).

133 Catela (1998b, p. 87).

Parte da ruptura dos laços solidários teve a ver com a ruptura das identidades que haviam se formado nessa sociedade. Já que é isso que se coloca aí, na prática, nos casos concretos, apropriando crianças, tirando-as da vida, do desejo de seus pais, para tentar formar a “grande família argentina”, onde aquele que se comporta mal está fora, está deserdado.<sup>134</sup>

Portanto, se pensarmos que memória, identidade e preservação do passado, neste caso, estão comumente relacionadas à construção de monumentos, sobretudo funerários, podemos nos perguntar em que medida a mobilização dos familiares para tornar os ausentes presentes relaciona-se ao fato destas famílias se verem privadas em lidar com os esquemas mais habituais de luto e despedida diante da morte. “A ausência do corpo do desaparecido implica em um efeito multiplicador da dor, que bloqueia o suporte dos rituais familiares e culturais para os laços que inauguram ou despedem aos membros da cadeia geracional”.<sup>135</sup>



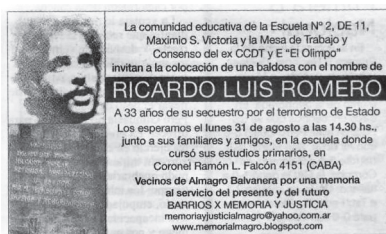
**Figura 5** Placas recordatórias aos desaparecidos no pavimento da Plaza Almagro na cidade de Buenos Aires, a exemplo de inúmeras outras colocadas em calçadas da cidade. Na placa à esquerda pode-se ler: “Secuestrada en Almagro. Nelly Ortiz,

134 Depoimento de María Verónica Castelli, militante de H.I.J.O.S., filha de desaparecidos e irmã de uma criança apropriada cuja identidade foi restituída em 2008. Fonte: Memoria Abierta, testemunho de María Verónica Castelli, Buenos Aires, 2002.

135 Kaufman (2006, p. 62-63).

militante popular detenida-desaparecida 25-11-76 por el Terrorismo de Estado. Barrios X Memoria y Justicia”.

Foto: Liliana Sanjurjo.



**Figura 6** Convite para colocação de placa recordatória em homenagem a um desaparecido, publicado em 2009 no jornal *Página 12*.

É nesse sentido que Catela<sup>136</sup> afirma que o desaparecimento constitui uma espécie de morte inconclusa: não há um lugar para recordar, mesmo que seja através de um túmulo, e as gerações futuras não podem traçar sua genealogia de parentesco, saber quem foram seus antepassados e localizar-se em uma geração familiar. A privação da morte-ausência do corpo, do luto e da sepultura implicaria, dessa perspectiva, na impossibilidade de um momento de concentração da dor e das obrigações morais com o falecido. E não são apenas os familiares e cientistas sociais que concebem o desaparecimento como uma forma de privação da morte. Procuradores, que atuaram em causas judiciais referentes aos crimes da ditadura, também vem buscando afirmar esse sentido particular ao desaparecimento forçado, produzindo um enunciado social fortemente demarcado pelo sentido moral das implicações desse crime (colocadas em termos de sofrimento) a fim de obter a sanção penal:

Eu ouvi da mãe de uma das vítimas do massacre de Margarita Belén me dizer isso, que realmente acredito poder comover as estruturas: “o dia em que eu encontrar o cadáver da minha filha, vou fazer uma festa”. Uma festa diante do cadáver de sua filha! E isso é razoável? Porque lhe privaram das honras fúnebres, porque não puderam ver esse cadáver. Não é um dado menor.<sup>137</sup>

<sup>136</sup> Catela (2001, 2005).

<sup>137</sup> Depoimento de Jorge Auat, em 21 de outubro de 2010, durante a II Jornadas sobre Experiencias Latino-americanas en Derechos Humanos “*El terrorismo de Estado. Apuntes sobre su Historia y sus consecuencias*”. Organizada pelo Instituto Espacio para la Memoria junto à Secretaria de Derechos Humanos da Nação, a Jornada foi realizada na antiga ESMA. Jorge Auat era então titular da Unidad Fiscal de Coordinación y Seguimiento de

Em suma, se o desaparecimento está representado como uma política de extermínio radical de pessoas (porque é físico e simbólico), mas também é produzido discursivamente como um grave crime (*de lesa-humanidade*), ao passo que entre os seus efeitos sociais singulares encontra-se a impossibilidade de realização do luto, para os familiares *desaparecer é matar a morte*. O ativismo pela memória dos tombados se vê assim transformado num imperativo moral e político permanente: é um dever fazê-los reaparecer, sobretudo a partir dos ideais que encarnam, já que teriam sido banidos da vida social pelos projetos políticos que defendiam. Por isso, os desaparecidos devem permanecer vivos como modelos de conduta para as futuras gerações.

## A VIDA POLÍTICA DOS MORTOS

Sobre todas essas palavras, mais ou menos potentes, entre elas se esgueira a presença de um silêncio poderosíssimo e retumbante: a dos mortos. Não estão aqui por si mesmos; não poderão fazê-lo. Estão através de nós e, inclusive, apesar de nós, “aparecem” naquilo que acreditamos que eles foram ou quiseram ser, naquilo que são em nós e naquilo que nos demandam desde o seu não estar, como presença contundente.<sup>138</sup>

A quarta-feira de 27 de outubro de 2010 começou diferente na Argentina. Não porque fora decretado recesso nacional para a realização do Censo – recesso reiterado exaustivamente pelos rumores de possíveis boicotes arquitetados por opositores ao governo –, mas devido à súbita morte do ex-presidente Néstor Kirchner, vítima de um infarto cardíaco fulminante. Eleito, em 2002, com a menor porcentagem de votos da história das eleições presidenciais do país, Kirchner consagrou a sua popularidade rapidamente. Na ausência de um adversário político de peso, o presidente conquistou tal façanha com medidas que permitiram, após a grave crise de 2001, uma relativa recuperação econômica do país, mas também por meio de ações que marcavam o seu intuito de prestar contas ao passado de ditadura, considerado um capítulo ainda não encerrado da história na-

las Causas por Violaciones a los Derechos Humanos durante el Terrorismo de Estado e atuou como promotor na Causa Masacre de Margarita Belén.

138 Calveiro (2005, p. 140).

cional. Em seu discurso de posse presidencial, em maio de 2003, Kirchner se apresentava à nação como parte da “geração dizimada” pela ditadura, referindo-se ao passado nacional como um lugar de enfrentamentos políticos. Encerrou a sua declaração com o imperativo da memória:

Não é necessário fazer uma retrospectiva detalhada de nossos males para saber que nosso passado está pleno de fracassos, dores, enfrentamentos, energias mal gastas em lutas estéreis. Ao ponto de enfrentar seriamente aos dirigentes com seus representados. Ao ponto de enfrentar seriamente aos argentinos entre si. Nessas condições, nos deve ficar absolutamente claro que na República Argentina, para poder haver futuro e não repetir nosso passado, precisamos enfrentar com plenitude o desafio da mudança. [...] Sou parte de uma geração dizimada, castigada com dolorosas ausências; eu me somei às lutas políticas por acreditar em valores e convicções, os quais não penso deixar na porta de entrada da Casa Rosada. [...] Sonhei a minha vida toda que esse nosso país podia mudar para melhor. Chegamos sem rancores, mas com memória. Memória não apenas dos erros e horrores, mas também memória sobre nossos próprios equívocos. Memória sem rancor, que é aprendizagem política, balanço histórico e desafio atual de gestão.<sup>139</sup>

Dentre seus gestos mais emblemáticos como presidente, em março de 2004, Kirchner ordenou, em sua presença e com ampla cobertura televisiva, que o chefe do Exército, General Roberto Bendini, retirasse os quadros dos generais e ex-presidentes de fato Jorge Rafael Videla e Roberto Bignone das paredes do Colégio Militar. Durante seu governo, foram ainda anuladas as leis de anistia, os antigos centros clandestinos de detenção foram reabertos como espaços de memória e as principais lideranças das organizações de familiares de desaparecidos passaram a ser presença constante nos corredores da Casa Rosada e ao lado da figura do presidente em atos e comemorações oficiais.

A morte de Kirchner repercutiu como uma bomba não apenas para as organizações de familiares, que tinham encontrado nele apoio às suas demandas, mas também para diversos setores sociais que o viam como

139 Discurso de Néstor Kirchner em Buenos Aires, durante cerimônia de posse presidencial, em 25 de maio de 2003.



futuro presidente. Além de candidato favorito à sucessão presidencial de 2011 e presidente do bloco UNASUL,<sup>140</sup> Kirchner era considerado o grande articulador político do então governo, presidido pela sua esposa Cristina Kirchner. Ao longo do dia, canais de televisão veicularam declarações de personalidades públicas e representantes de Madres e Abuelas de Plaza de Mayo, que ressaltavam o papel do ex-presidente na transformação de suas demandas em política de Estado.

O presidente da Confederación General del Trabajo (CGT), a mais tradicional organização sindical vinculada ao peronismo, convocou a população às ruas do centro da capital em homenagem ao ex-presidente falecido e em demonstração de apoio ao governo de Cristina Kirchner. Às oito horas da noite, a Plaza de Mayo e as ruas que circundam o epicentro político da nação haviam sido tomadas por uma multidão heterogênea, formada por mulheres e homens de setores médios e populares, estudantes e trabalhadores, ativistas de direitos humanos, organizações peronistas e outros grupos políticos e sindicais. Entre a multidão, destacavam-se inúmeras bandeiras com as figuras de Perón e Evita, por um lado, e de Néstor e Cristina Kirchner, por outro.



**Figura 7** Nas ruas do centro de Buenos Aires, no dia da morte do ex-presidente Kirchner, manifestantes carregam bandeiras com as imagens de Péron e Evita (à esquerda) e de Néstor e Cristina Kirchner (à direita).

Foto: Gábor Basch.

140 A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) foi criada em dezembro de 2004. Seus estados-membros são Argentina, Bolívia, Chile, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Três dias de intensas mobilizações sucederam a morte de Kirchner. Uma longa fila, que começava na Plaza de Mayo e alcançava a Avenida 9 de Julio, foi formada por pessoas que desejavam passar pelo caixão velado na Casa Rosada. Enquanto autoridades, presidentes de diversos países, Madres e Abuelas, assim como populares gritando “Força Cristina” passavam pelo velório, a Presidenta Cristina Kirchner, de traje preto e óculos escuros, permanecia em pé e imóvel ao lado do falecido marido. Na praça, o grupo da juventude peronista alinhada ao projeto político dos Kirchner, La Cámpora, transformara hinos de torcida de futebol em canto político: “Che Gorila, Che Gorila, no te lo decimos más, si le tocan a Cristina, un quilombo se va armar”.<sup>141</sup> Pessoas choravam e depositavam flores e fotos entre as grades que protegem a Casa Rosada. Inúmeras *pintadas* foram inscritas em muros e placas no centro da capital: “Néstor com Perón, Cristina com o Povo”; “Néstor com Perón e Evita, Cristina com o povo”; “Néstor, Presente!”.

Nas ruas e na imprensa, a fatídica morte de Kirchner foi interpretada como uma repetição da história e de episódios do passado político nacional: a morte de Evita em 1952 e o consequente Golpe de Estado que depôs Perón em 1955; a morte de Perón em 1974 e o Golpe de Estado em 1976. O fenômeno da multidão que tomara as ruas do centro de Buenos Aires em apoio ao governo de Cristina foi comparado ao episódio de 17 de outubro de 1945 – data que marca o mito de origem do peronismo e das mobilizações massivas como parte constitutiva da cultura política do país. Uma curiosa vinheta/animação foi veiculada pela TV pública: uma caricatura do desajeitado Kirchner voava ao céu onde era recebido pelos *trinta mil detenidos-desaparecidos*, que portavam uma faixa que dizia: “Bem-vindo, Néstor. Os 30.000 te agradecem pela justiça que nos foi dada”. Em carta aberta pelo falecimento de Kirchner, H.I.J.O.S. falava de uma história que se repete, de perdas irreparáveis ao país e do compromisso em continuar lutando “pela nação, pelos desaparecidos e agora também por Néstor”:

A partir da presidência de Néstor Kirchner, nossa história individual e a história coletiva da nossa Pátria começaram a mudar. [...] Festejamos a anulação das leis de impunidade. [...] Somos parte dos julgamentos que estão ocorrendo em todo o país contra os genocidas

141 Esse cântico poderia ser traduzido da seguinte maneira: “Che Gorila, Che Gorila, não vamos mais avisar, se tocam na Cristina, uma briga vai começar”. Cabe esclarecer que Gorila é uma expressão comumente utilizada na vida política argentina para designar pessoas que se posicionam politicamente contra o peronismo ou como sinônimo de “reacionário de direita”, “militarista”, “golpista” ou “anticomunista”.

que participaram do terrorismo de Estado. Brindamos cada vez que encontramos a outro de nossos irmãos apropriados ou nascidos em cativeiro. Gritamos “Presente!” bem forte a cada homenagem que é feita em comemoração de todos e cada um dos 30.000 mil detidos-desaparecidos. [...] Por isso, neste 27 de outubro, sentimos como nossa história voltou a se repetir. Sentimos a perda novamente. Uma perda que, novamente, se torna irreparável. “Somos filhos das Madres e Abuelas de Plaza de Mayo”, ele disse no início de seu mandato. Nós o sentimos como parte viva dessa família. [...] Sabemos o que significa ser derrotado, ressuscitar, voltar a levantar-se. Sabemos, e é por isso que hoje devemos novamente seguir brigando. Pela nossa linda Argentina, pelos nossos pais e agora também por Néstor.<sup>142</sup>

A significativa presença das figuras de Evita Perón, do próprio Perón, dos *detenidos-desaparecidos* e, mais recentemente, de Néstor Kirchner demonstra o lugar ocupado pelos mortos na vida política nacional. Se considerarmos que todo grupo humano se constitui não só pelos vivos, mas também por seus ancestrais, ainda assim diversas seriam as ênfases dadas aos mortos, aos vivos ou às gerações vindouras. Algumas coletividades fazem de seus ancestrais atores sociais efetivos no mundo dos vivos, enquanto outras os transformam num importante referencial. A transformação dos tombados em mártires e modelos políticos parece conduzir na Argentina uma prática que vê na apropriação de sua memória uma forma de dar continuidade aos seus espíritos e legados políticos, ao passo que revelam a importância dos mortos e suas relíquias na história nacional. E não é só pelo que simbolizam que os mortos ganham vida social (sua memória, seus ideais, suas batalhas políticas), mas também através de sua própria materialidade: seus restos, seus corpos e seus túmulos.

Verdery<sup>143</sup> lembra que corpos, caixões e urnas são objetos materiais, materialidade que considera fundamental para a sua eficácia simbólica e política. Ao contrário de noções abstratas (democracia, justiça, liberdade), os mortos possuem uma corporalidade e uma concretude que permitem transcender o tempo, tornando o passado imediatamente presente, ao passo que podem ser convertidos em um importante veículo de reivindicação política. Tais qualidades é que fundamentam o seu valor como relíquia.

142 Carta abierta de los hijos... (2010).

143 Verdery (1999).

Não obstante, os significados que os mortos incorporam estão menos relacionados à sua concretude do que aos sentidos que os vivos lhes atribuem, como demonstram os *detenidos-desaparecidos*, cuja corporalidade lhes foi suprimida. Seu significado e relevância dependem das formas como são concebidas as relações entre o mundo dos vivos e dos mortos.

Na segunda metade do século XIX, durante as guerras que sucederam a independência da Argentina, conflito travado entre *unitaristas* e *federalistas* pela consolidação de um projeto nacional, foram constantes os abusos dos corpos de oponentes políticos. Cabeças de lideranças decapitadas costumavam ser expostas em praças públicas. Como romaneado de forma primorosa no livro de Ernesto Sábato,<sup>144</sup> é lendária a peregrinação de um grupo de *unitaristas* com o corpo do General Juan Lavalle, morto em 1841, a fim de evitar que caísse em mãos das tropas oponentes do General Oribe. Ainda sobre esse período, Robben<sup>145</sup> recorda a peregrinação dos restos de lideranças exiladas falecidas no exterior (Washington, Paris, Montevidéu, Santiago do Chile), exumados e finalmente reenterrados no Cemitério da Recoleta, local que acabou se transformando numa espécie de panteão da nação.

Os mortos voltam a repercutir na vida política nacional na segunda metade do século XX. Falecida em julho de 1952, Evita Perón seria embalsamada e alocada na sede da CGT em Buenos Aires. Ao longo de duas semanas, mais de 65 mil pessoas passariam pelo seu túmulo, convertendo o seu enorme mausoléu em lugar de peregrinação. Com a chamada Revolução Libertadora em 1955, Golpe de Estado que depõe Perón e lhe impõe décadas de vida no exílio, inicia-se, sob a liderança do General Aramburu, uma caça aos símbolos e marcas do peronismo, o que incluiu a proibição do partido peronista, a perseguição de militantes, mudança de nomes de praças, ruas e estabelecimentos. Também foi retirado o túmulo de Evita da CGT e seu corpo seria desaparecido.

Em maio de 1970, num ato em vingança pelo golpe de 1955, a guerrilha peronista Montoneros sequestra Aramburu. Do velho general lhe é exigida a informação sobre o paradeiro de Evita, que relata estar enterrada secretamente em um cemitério de Roma aos cuidados do Vaticano. Tal revelação não poupa a vida de Aramburu, que é logo assassinado. No ano seguinte, uma carta escrita em punho pelo próprio general, datada de 1957, revela o destino de Eva Perón: ela estaria enterrada com um nome falso em um cemitério de Milão. Lá permaneceu até setembro de 1971,

144 Sábato (2002).

145 Robben (2010).

quando se instrui a identificação do corpo e a sua devolução à Perón, a essa altura exilado em Madri.

De volta à Argentina como presidente, Perón falece pouco depois, em julho de 1974. Seu velório é celebrado durante 48 horas na Catedral Metropolitana. Em setembro desse mesmo ano, *Montoneros* volta a sequestrar Aramburu. Porém, já falecido, dessa vez, é seu cadáver que se torna cativo. A organização demanda então a repatriação de Eva Perón, que permanecia em Madri. Em novembro de 1974, o corpo de Evita retorna a Buenos Aires, sendo finalmente alocado junto ao túmulo de Perón na capela da residência presidencial de Olivos. Com o golpe de Estado em 1976, o General Videla decide transferir o corpo de Eva ao mausoléu de sua família no Cemitério da Recoleta. Já Perón é levado ao cemitério de La Chacarita, onde permaneceu intacto até julho de 1987, quando seu túmulo é violado e as mãos de seu cadáver embalsamado, roubadas.

A partir do Golpe de Estado de 1976, foi a vez da manipulação dos corpos dos desaparecidos: jogados ao mar de aviões ou aos rios dentro de tambores com cimento, cremados, incinerados ou enterrados em fossas coletivas como N.N., era-lhes negada a humanidade, e a sua ausência não podia ser ritualizada nem homenageada por familiares e companheiros de militância.<sup>146</sup> Mas nem todos os corpos dos “subversivos” foram eliminados. Na base militar de Campo de Mayo em Buenos Aires, por iniciativa do General Bussi, entre 1978 e meados de 1990, funcionou o Museu da Luta contra a Subversão. O corpo da principal liderança da guerrilha marxista do ERP, Mario Roberto Santucho, formava parte do acervo do museu e, durante dois anos, foi preservado e exibido ali como troféu da batalha contrainsurgente.

Em outubro de 1982, foi aberta a primeira fossa coletiva, trazendo à tona o horror dos anos da *guerra suja*. Realizadas sem nenhuma cautela, as exumações geraram a revolta dos familiares de desaparecidos e a destruição de importantes provas forenses. Com o retorno da democracia no ano seguinte, iniciaram-se os trabalhos de identificação junto a especialistas. Sobre tudo a partir da formação do EAAF,<sup>147</sup> o trabalho de identificação ganhou relevância, demonstrando a sua importância para a determinação da data e causa da morte, para a confirmação de gravidez e

146 O EAAF estima que entre 2.000 e 3.500 pessoas foram jogadas ao mar de aviões das Forças Armadas.

147 O antropólogo forense Clyde Snow chegou ao país em 1985 com a tarefa de formar antropólogos e médicos legistas para o trabalho de identificação dos desaparecidos. Constituiu-se assim o EAAF, organização científica não governamental que utiliza a ciência forense, sobretudo a antropologia e a arqueologia, para investigar violações aos Direitos Humanos. Criado em 1984 para identificar os *desaparecidos* da ditadura argentina, o Equipo ampliou o seu campo de atuação para o Brasil, para países da América Central (Guatemala e El Salvador), África, Ásia e Europa.

nascimentos (o que ajudou significativamente o trabalho de Abuelas), para a reunião de provas materiais/criminais sobre o ocorrido, bem como serviram de veículo para a reconstrução da memória e da “verdade histórica”.

Verdery,<sup>148</sup> em seus estudos sobre as transições políticas no Leste Europeu, analisa porque os mortos e seus corpos, através de rituais de exumação e (re)sepultamento, se tornaram símbolos políticos importantes no contexto pós-socialista.<sup>149</sup> Interessada nesse processo e seguindo uma abordagem da política que considera tanto a dimensão racional/instrumental quanto afetiva/existencial da ação humana, a autora se debruça sobre questões relacionadas ao simbolismo político, às formas de reelaboração do passado e da “memória”, bem como aos rituais relacionados à morte e suas crenças. Pensando no contexto pós-ditatorial do Cone Sul, a análise de Verdery me parece sugestiva para verificar como significados já disponíveis – ideias sobre parentesco, história, identidade nacional, autoridade, moralidade e concepções sobre o que constitui um ritual funerário apropriado – podem se tornar um importante espaço para a reconfiguração da experiência humana em contextos de transformação social.

A abordagem de Verdery<sup>150</sup> se dirige assim a uma análise dos processos de legitimação política em termos mais existenciais do que racionais, apontando para o papel prestado pela cosmologia e o sagrado (o encantamento de mundo) na política e na legitimação de novos regimes, além de procurar vincular a manipulação de corpos particulares ao contexto nacional e internacional dessa manipulação. No caso argentino, a reelaboração da memória/biografia nacional se deu tanto através dos corpos de personagens célebres da história nacional (Rosas,<sup>151</sup> Lavalle, Evita e

148 Verdery (1999).

149 Verdery analisa diversos casos, tais como: o (re)enterro de Imre Nagy na Hungria em 1989, líder da Revolução de 1956 (levante que se deu pela autonomia do país contra o domínio soviético); as polêmicas iniciadas em 1989 sobre a retirada da múmia de Lênin de seu mausoléu da Praça Vermelha em Moscou; a remoção de estátuas de Lênin, Marx e outros personagens emblemáticos da era socialista de países do Leste Europeu (Hungria, Romênia e Bulgária). No contexto latino-americano, Verdery cita os rituais de (re)enterros do ex-presidente chileno Salvador Allende em 1990, de vítimas do conflito armado na Guatemala após 1996, bem como as polêmicas suscitadas sobre o lugar de destinação do corpo de Che Guevara, identificado em 1997.

150 Verdery (1999).

151 Após 112 anos no cemitério católico de Southampton, na Inglaterra, o General Juan Manuel Rosas seria realocado na tumba de sua família no cemitério da Recoleta. Rosas liderou a causa *federalista* durante as guerras civis no século XIX. Foi derrotado na Batalha de Caseros, em 1852, sendo escrito na história dos vencedores como um tirano. Nos anos 1930, um movimento de revisionismo histórico de cunho nacionalista procurou resgatar a figura de Rosas como um patriota, realimentando o conflito entre liberais e nacionalistas. Sem sucesso, demandavam a expatriação dos restos de Rosas. Em outubro de 1989, o então presidente Carlos Menem decide trazer Rosas e reenterrá-lo como um ato simbólico de reconciliação nacional. Pouco antes, Menem havia presenciado uma cerimônia em San Juan em comemoração do 101º aniversário da morte de Domingo Sarmiento (arquirival de Rosas e representante dos *unitaristas*). Esse era apenas um presságio da anistia que Menem decretaria uma semana depois aos militares e líderes da guerrilha condenados pelos crimes da ditadura. Sobre esse caso de Rosas e sua relação com os desaparecidos políticos, ver Robben (2010).



Perón) quanto através dos mortos anônimos, mobilizados por meio de categorias sociais englobantes (“*juventud/militancia de los 70*”, “*detenidos-desaparecidos*”), continuamente mobilizados e associados a certos valores e práticas políticas do presente.



**Figura 8** Mural pintado no antigo centro clandestino de detenção El Olimpo, no bairro portenho de Floresta, transformado em espaço de memória.

Foto: Liliana Sanjurjo.

Às exumações dos *detenidos-desaparecidos* foram atribuídos novos significados, e estas foram convertidas em fonte de polêmica entre os familiares, o que levou, em grande medida, à divisão do movimento de Madres de Plaza de Mayo em 1986. As Madres que se reuniram na Asociación Madres de Plaza de Mayo se opuseram às exumações por entenderem que os (re)enterros destruiriam a memória viva dos desaparecidos. Preferiram dirigir suas ações para o protesto público e para a reivindicação dos ideais políticos dos desaparecidos. Por isso, não levam fotografias de seus filhos em suas marchas semanais, mas faixas onde pedem, por exemplo, por “*Justiça social e distribuição de renda*”. Lá costumam ser acompanhadas em meio a cânticos como “*Alerta! Alerta! Alerta que estão vivos, todos os ideais dos desaparecidos*”. Hebe de Bonafini, presidente da Asociación, é enfática ao afirmar que enterrar os desaparecidos equivaleria enterrar seus ideais. Outras madres também expressam a sua renúncia à busca dos corpos:



Sim, nossos filhos estão dentro de nós. Mas, primeiramente, não buscamos ossos. Entende? Uma vez me chamaram para dizer que meu filho estava em uma fossa no cemitério de Avellaneda, que ali estavam os ossos do meu filho. Meu filho está aqui conosco, no nosso lenço e em todas as coisas que nos rodeiam. Aí estão nossos filhos, em todas essas ações.<sup>152</sup>



**Figura 9** Marcha da Asociación Madres de Plaza de Mayo na Plaza de Mayo, em março de 2011.

Fotos: Gábor Basch.

Já o outro grupo de Madres, que conformaram a organização Madres de Plaza de Mayo-Línea Fundadora, defende um posicionamento mais aberto, deixando para as famílias a decisão de localizar (ou não) os restos de seus desaparecidos. Em geral, Abuelas, Familiares, Madres-Línea Fundadora e H.I.J.O.S. veem na recuperação dos corpos uma forma de restituir os desaparecidos para a história e sociedade argentina. Nesse sentido, entendem que os corpos e as investigações forenses, além de constituírem uma importante fonte de provas criminais/judiciais (comprovando os desaparecimentos e *apropriações*), também trazem à tona a *Verdade* sobre a repressão. São ainda favoráveis a uma pluralidade de ações como parte do trabalho de memória, tais como o estabelecimento de memoriais, monumentos, museus e centros de documentação.

<sup>152</sup> Depoimento de Nadia de Ricny, registrado em 12 de julho de 2007. Para mais informações sobre o caso de Nadia de Ricny, ver nota de rodapé 1 na página 23.

Desenterrar esses corpos é trazer à superfície de nossa sociedade uma verdade que muitos prefeririam não saber, não apalpar essa verdade, pois assim ficam tranquilos com a consciência [...]. Por isso, nós somos partidárias das exumações. Vamos seguir adiante com a investigação de vocês porque isso é parte da nossa história.<sup>153</sup>

Eu acredito que é preciso seguir buscando. Justamente, esses ossos falam e contam a história. É necessário encontrá-los. Primeiro, para ter as provas para a justiça plena. Mas, fundamentalmente e antes de mais nada, para que os pais e a família tenham por fim o descanso de uma realidade que presumem, mas que ninguém lhes diz que é assim.<sup>154</sup>

Com bem disse a madre de Línea Fundadora Laura Bonaparte, não colocar os dados abaixo das fotos, quando se mostra o rosto de um desaparecido, é fazê-lo desaparecer novamente. Eu acredito nisso. Em geral, a senhora Bonafini tem rechaçado, passo a passo, todo gesto que implique em verdade: desenterrar alguns ossos que permitam a identidade, ela não admite; colocar uma placa que diga “aqui desapareceram três ou quatro jovens”, isso ela rejeita. Ela rejeita tudo aquilo que implique, com nome e sobrenome, a verdade.<sup>155</sup>

A ênfase dada por alguns familiares à recuperação do corpo encontra-se também associada às concepções sobre aquilo que consideram constituir um ritual funerário apropriado. Mais que isso, torna-se uma forma efetiva de colocar um ponto final em décadas de busca, tal como me relatou Julio Morresi, um *padre de la Plaza* que, em 1989, recuperou o corpo de seu filho Norberto:

153 Depoimento de Nora Cortiñas para o filme-documentário “Historia de Aparecidos”. Ver seção Filmografia.

154 Depoimento de Estela de Carlotto, presidente de Abuelas de Plaza de Mayo, para o filme-documentário “Historia de Aparecidos”. Ver seção Filmografia.

155 Testemunho de María Adela Antokoletz, integrante de Hermanos por la Verdad y la Justicia e colaboradora de Madres de Plaza de Mayo-Línea Fundadora. A entrevista foi registrada em 29 de novembro de 2010, na sede de Madres-Línea Fundadora em Buenos Aires. Adela é filha da madre Adela Antokoletz, já falecida, e irmã de Daniel Antokoletz, desaparecido em 10 de novembro de 1976.

Somente 13 anos depois, em 1989, eu me encontro com os antropólogos que começam a dar informações de que meu filho estava enterrado como N.N. em um cemitério de General Villega, aqui na Província de Buenos Aires. Até aquele momento eu não sabia de nada. E bom, a recuperação do corpo foi algo muito duro porque eles levaram um garoto de 17 anos, com uma alegria de vida, muito solidário, como era praticamente toda essa juventude. Porque tudo o que faziam não o faziam para si mesmos, mas o faziam para todos, pelos demais. [...] Assim que, em 1989, quando recupero os restos do meu filho, é um grande alívio. Porque, junto com minha esposa, estávamos ficando loucos, pensando que ele poderia estar vivo, onde estaria, se estaria louco, entende? Pensando em como ele estaria vivendo! Toda essa questão, toda essa tortura que vive um pai e uma mãe que não sabem o que aconteceu com seus filhos. Em maio de 1989, nós recuperamos os restos do nosso filho. Foi muito duro porque presenciamos a exumação no cemitério e a transferência dos restos. Pelo menos, agora sabemos o cemitério onde ele está. No cemitério de Flores temos um lugar onde podemos deixar-lhe uma flor. Pelo menos, não ficamos com a ilusão de que ele possa estar vivo.<sup>156</sup>

Se para alguns familiares a luta pela memória persegue um objetivo imaterial (perpetuar os ideais políticos dos tombados), para outros a memória encontra-se também vinculada a um registro material, que pode se dar através da busca do corpo. Para os últimos, a história do desaparecido não termina no dia de seu sequestro, mas há um relato póstumo que também constitui parte de sua biografia (saber como morreu, em que centro clandestino foi visto, local de enterro, exumação e toda a trajetória *post mortem*), como lembra Celeste Perosino, integrante do EAAF:

Tem gente que relaciona a identidade com a consciência e não procura um corpo, não quer a identificação, como é o caso das mães da Asociación Madres de Plaza de

156 Depoimento de Julio Morresi, integrante de Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas. O filho de Julio, Norberto Julio Morresi, desapareceu em 23 de abril de 1976, aos 17 anos de idade. A entrevista foi realizada dia 21 de setembro de 2009, na sede da organização em Buenos Aires. Julio faleceu em 2016 aos 85 anos de idade.

Mayo, que acreditam que seus filhos eram essa luta imaterial e que seus filhos continuam perpetuando-se naqueles que seguem a sua luta. Então, há uma relação entre a identidade e a consciência, mas não com um registro material, corporal. [...] Eu acredito que as pessoas que buscam os corpos, que relacionam a identidade não apenas com a consciência, mas também com o corpo e com um registro material, querem reconstruir tanto através dessas fontes materiais como também tem o “plus” dos dados que podem ser gerados através da busca de um corpo: saber a data da morte, saber como morreu, saber em qual centro clandestino esteve. Para aqueles que não buscam o corpo, a informação termina no último dia em que alguma pessoa o viu em um centro clandestino ou no dia em que foi desaparecido. Já no caso das pessoas que buscam um corpo, esse relato se estende um pouco mais e permite conhecer não apenas como morreu, onde esteve, mas também onde foi inumado, exumado e toda essa história post mortem da pessoa. Porque há uma história que não termina com a morte da pessoa e com o lugar de inumação, mas houve casos em que essa história se estende um pouco mais. [...] As pessoas que buscam um corpo podem conhecer todos esses relatos póstumos, que também compõem a biografia da pessoa. Toda essa biografia que se dá *post mortem*, todo esse processo que a pessoa sofreu a partir do momento em que foi inumada.<sup>157</sup>

A importância atribuída a essa biografia póstuma e trajetória do corpo *post mortem*, bem como suas implicações sociais, pode ser exemplificada com o caso das Madres (Azucena Villaflor, Esther Careaga e María Ponce<sup>158</sup>) e freiras francesas (Alice Domon e Leónie Duquet) desaparecidas. Sequestradas em dezembro de 1977, levadas para a ESMA, onde foram torturadas e depois jogadas sedadas ao mar de aviões da Marinha, seus corpos foram

157 Entrevista com Celeste Perosino, integrante de EAAF, realizada em 23 de novembro de 2010, na sede da organização em Buenos Aires.

158 Azucena Villaflor de Vicenti, esposa de um líder sindical que tinha um filho desaparecido, foi rapidamente identificada como uma liderança importante do movimento de Madres. Esther Careaga e María Ponce também eram conhecidas por sua politização. Esther, uma uruguaia criada no Paraguai, exilou-se na Argentina por conta de sua militância no Partido Revolucionario Febrerista paraguaio. Sua filha desapareceu grávida aos 16 anos de idade. Já as freiras francesas prestavam ajuda aos familiares de vítimas que se reuniam nas igrejas, auxiliando, sobretudo, aqueles que chegavam desprovidos de recurso para realizar procedimentos em busca dos desaparecidos na capital.

devolvidos pelas correntezas ao litoral da Província de Buenos Aires. Resgatadas das praias da cidade de General Lavalle e enterradas como N.N. no cemitério da localidade, foram exumadas e identificadas quase trinta anos depois. No dia 8 de dezembro de 2005, ao término da Marcha de la Resistencia, ato realizado desde 1981 pelo movimento de familiares no dia Internacional dos Direitos Humanos, as cinzas de Azucena e uma placa com seu nome foram depositadas no centro da Plaza de Mayo. Já os restos de Esther e María foram levados para o local de sequestro, a Igreja de Santa Cruz. A recuperação de seus corpos permitiu também que fossem usados como prova do delito na Causa EsMA, cuja sentença saiu em outubro de 2011.

Não obstante a sua imaterialidade, os *detenidos-desaparecidos* também ficariam marcados pela ambiguidade e polissemia que são próprias aos corpos dos mortos políticos. Suas trajetórias e sua figura estão abertas a inúmeros significados e interpretações, podem ser avaliadas de diferentes perspectivas, assim como são portadoras de virtudes e intenções, muitas vezes contraditórias. As memórias de suas virtudes e defeitos dependem da situação e de quem as evoca – para os militares, *delinquentes terroristas subversivos*, para os familiares, *milитantes de uma causa altruísta por justiça social*. Dependem também dos valores que mobilizam e das identificações que encorajam, assim como da seleção de episódios memoráveis de sua trajetória e dos sentidos conferidos à sua história. Como não falam por si mesmos, em situações particulares suas palavras e o que representam ganham sentidos diversos:

Sabemos muito bem que a ditadura não veio aqui para combater um grupo de loucos que saiu às ruas. Eles queriam um país para todos, com justiça social [...]. Então as Madres, em nosso caminhar, muitas vezes nos olhávamos e dizíamos: “Por que levaram nossos filhos?” Bom, porque eram militantes socialistas, da Igreja de Base, eram militantes populares. Outra vez, nos perguntamos: “E para que os levaram?”. Então soubemos que era para implementar essa política neoliberal [...] Porque primeiro vieram por nossas filhas e filhos. Depois vieram pela água, pelo petróleo, pelas minas de ouro e prata.<sup>159</sup>

A eficácia simbólica dos mortos e sua mobilização política deve-se, portanto, à sua ambiguidade e capacidade de evocar múltiplos

159 Depoimento de Nora Cortiñas registrado no dia 2 de setembro de 2009 em Buenos Aires, no contexto de uma mesa-redonda organizada para o Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS).

entendimentos. Além do mais, conforme sugere Verdery,<sup>160</sup> a política que envolve o (re)enterro dos mortos é beneficiada por uma aura de santidade, que se presume que os corpos tenham, e pela ressacralização da ordem política representada por aqueles que a sustentaram. Tal sacralização aponta para uma outra qualidade dos mortos enquanto símbolos políticos: funcionam como catalizador de emoções no campo político, pois estabelecem conexões com o sagrado. A sua autorreferencialidade mobiliza afetos preexistentes, evoca sentimentos de perdas pessoais ou a identificação com aspectos específicos da biografia da pessoa morta. No caso dos *detenidos-desaparecidos*, a sua eficácia se vê potencializada por uma trajetória associada à ideia de desaparecimento físico e simbólico, sofrimento e vitimização.<sup>161</sup>

Quiseram ocultá-los na escuridão e na morte, mas não puderam. São nossa luz e nossa vida. Estão em tumbas desconhecidas, mas são muito mais do que uma simples recordação. Não, jamais poderão apagar seus nomes. Nem seus desejos de um mundo mais justo. As gerações que queiram ouvir, que ouçam. Aqueles que desejam justiça, que fiquem com a mensagem de sua voz.<sup>162</sup>



Figura 10 Recordatório em homenagem a um desaparecido, publicado no jornal *Página 12* em 2009.

160 Verdery (1999).

161 Em seu trabalho, Mosse (1991) analisa como os enterros dos mortos e as comemorações se tornaram um assunto público, culminando na formação de comissões nacionais especiais durante a I e II Guerra Mundial. A medida que os efeitos da guerra eram sentidos de forma mais direta pela população civil, o assunto da consolação tornou-se cada vez mais público. Como resultado, a memória da guerra foi transformada numa experiência sagrada que atribuiu à nação um novo sentimento religioso, colocando à sua disposição santos e mártires, lugares de devoção e heranças a serem promovidas.

162 Mellibovsky (1990, p. 25). Matilde Mellibovsky foi integrante de Madres de Plaza de Mayo-Línea Fundadora até o seu falecimento em 2011. Sua filha Graciela está desaparecida desde setembro de 1976.



Figura 11 Recordatório em homenagem a um desaparecido, publicado no jornal *Página 12* em 2009.

As exumações politizaram os restos dos desaparecidos identificados e os rituais de (re)enterros se tornaram importantes momentos de manifestação política. Os familiares transformaram a busca pela memória material e imaterial das vítimas numa forma de perpetuar seus ideais e de dar sentido ao seu legado. Além do mais, ao se constituírem como dimensões afetivas e significativas da vida social, tanto o parentesco quanto os mortos (e seus corpos) passaram a ser mobilizados como idioma político, ajudando a imprimir legitimidade às narrativas e memórias dos familiares sobre o passado de violência, bem como às suas ações políticas.

É como se eles tivessem nos parido... porque foi assim, nós saímos às ruas e percebemos que nossos filhos nos pariram [...] podemos compartilhar e lutar, aqueles que não estão são nossos filhos. Eles estariam lutando junto com o povo. Quem sabe se eles estivessem, nós não estaríamos.<sup>163</sup>

Diante disso, poderíamos arriscar dizer que os militares golpistas se equivocaram ao avaliar que, desaparecendo com os corpos do inimigo, se esquivariam da responsabilização, impediriam a lembrança dos ausentes e sua mobilização como símbolos políticos. Vale lembrar que, durante os anos 1950 e 1960, os velórios de militantes costumavam servir como importantes momentos de manifestação política.<sup>164</sup> Os manuais do exército sustentavam que a *subversão* dependia da atuação de líderes

<sup>163</sup> Cortiñas (2001, p. 86).

<sup>164</sup> Como exemplos, nos primeiros anos da década de 1970, estão os célebres velórios de militantes de Montoneros assassinados, como Emilio Maza, Carlos Gustavo Ramus e Fernando Abal Medina.



e ativistas que exploravam as vidas perdidas para a criação de mártires. Como bem lembra Crenzel, “na memória militar estava fresca a anistia de 1973, depois da qual os presos renovaram suas militâncias. Por isso, interpretaram que, para derrotar a vontade do inimigo, era necessária a sua destruição física”.<sup>165</sup>

Se a destruição de corpos pretendia evitar a produção de mártires e proteger a reputação das Forças Armadas, também poderia servir para uma construção consciente da memória coletiva nacional. Por isso, os mortos deveriam ser retirados da política, tal como afirmou o General Ramón Camps, em entrevista realizada em Madri no ano de 1983, quando questionado sobre o destino dos desaparecidos:

Entrevistador: Onde estão enterradas essas cinco mil pessoas?

Ramón Camps: Isso eu prefiro não dizer para não criar novos heróis da juventude subversiva.<sup>166</sup>

Robben<sup>167</sup> pontua diversas razões que teriam levado a ditadura a empregar o desaparecimento forçado como principal metodologia repressiva: 1) plantar a incerteza sobre o destino dos sequestrados entre as organizações armadas (estão vivos, desertaram, foram torturados ou liberaram informação?); 2) esquivar as Forças Armadas da responsabilização penal, eliminando a evidência criminal (o corpo de delito); 3) prevenir a mobilização da opinião pública internacional; 4) provocar a paralisia entre os familiares e punir as “famílias subversivas”, negando-lhes o direito a um velório apropriado; 5) irradiar o terror aos familiares e à sociedade como um todo através da criação de um espaço da morte;<sup>168</sup> 6) acreditar que não seriam julgados pela história se não houvesse corpos para velar ou mortes para lembrar.

Eu sustento publicamente que na Argentina, durante um longo período, não se quis reconhecer que o país vivia em guerra. Por conta da imagem exterior, e para não comprometer as ajudas financeiras internacionais, não se dizia a verdade dos fatos. Buscava-se

<sup>165</sup> Crenzel (2008, p. 33).

<sup>166</sup> Ramón Camps (entrevista). Me responsabilizo de 5.000 desapariciones. *Tiempo*, Madri, 07 nov. 1983. O General Ramón Camps foi chefe da polícia da Província de Buenos Aires durante a ditadura.

<sup>167</sup> Robben (2005).

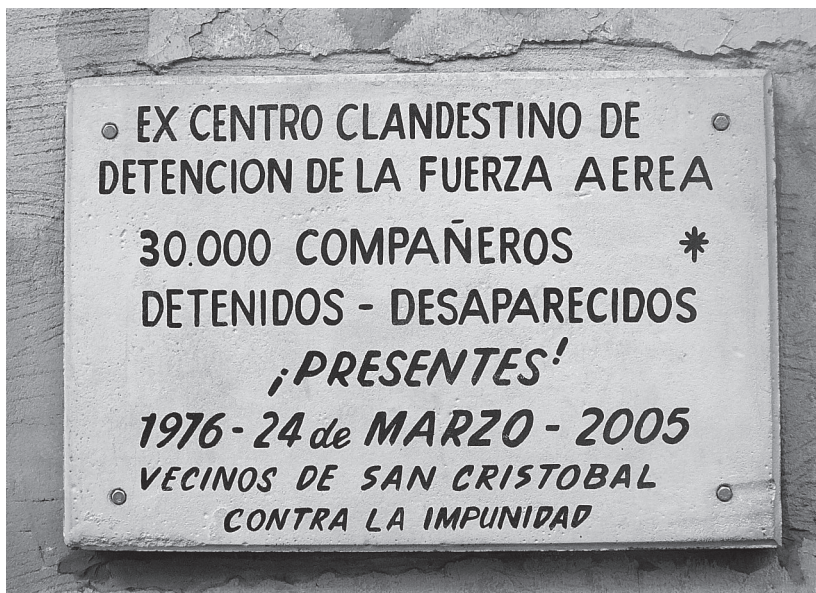
<sup>168</sup> Taussig (1984, 1993).

minimizar a realidade, pensando na continuidade dos créditos que certamente não seriam interrompidos se a verdade tivesse sido colocada com toda sua crueldade. Além disso, eu estou convencido de que temas como o dos desaparecidos devem ser encarados abertamente para que não possam ser utilizados como bandeira política.<sup>169</sup>

Para além dessas razões (táticas, legais, históricas e políticas), vale refletir em que medida o uso do desaparecimento forçado como principal metodologia repressiva pode ser explicado considerando as concepções presentes acerca do lugar dos mortos na vida política nacional e a sua relação com formas específicas de historicidade e temporalidade, na qual, conforme já discutido, o passado político e seus personagens ocupam lugar significativo nas práticas sociais do presente. A ênfase dos militares em fazer desaparecer o “inimigo”, a reação desencadeada pelos familiares diante dos desaparecimentos, assim como o périplo percorrido por uma Evita já morta, parecem, neste caso, sugerir como os corpos são objeto de sacralização política. Mais que isso, demonstram a influência dos mortos no mundo dos vivos e as concepções que informam obrigações morais com os tombados, tais como honrar a sua memória e dar continuidade política a seus ideais.

As marcas espaciais de memória (que lembram eventos, personagens e lugares), como dimensões significativas da experiência humana, dão contorno e significado ao espaço, socializando-o com valores particulares. Por isso, a modificação dessas marcas constitui um dos meios mais comumente usados pelos regimes para demarcar uma nova ordem política, cuja simbolização pode se dar, inclusive, através da manipulação dos corpos, usados para expressar continuidades ou rupturas, assim como para redefinir filiações e linhagens políticas.

169 Ramón Camps (entrevista). Documentos – Camps: Los desaparecidos están muertos. *Diario Pueblo de Madrid*, Madri, ano 2, n. 7, p. 62, 27 jan. 1983.



**Figura 12** Sinalização na fachada do antigo centro clandestino de detenção Fuerza Aerea, no bairro portenho de San Cristobal, transformado em espaço de memória.  
Foto: Liliana Sanjurjo.

Como analisa Guber,<sup>170</sup> a história argentina foi marcada por sucessivos ciclos políticos, cujas interrupções abruptas se caracterizaram pela supressão das figuras e símbolos mais representativos do regime anterior como forma de enclausurar a história e a recordação de seus agentes (Perón e Evita, os *detenidos-desaparecidos*, a “*militancia de los 70*”). Nesse sentido, os mortos foram apenas mais uma linguagem, instrumento e ator do conflito político:

Mas onde colocar os “lieux de memoire” se as imagens, os nomes, os monumentos que evocavam aquele passado tinham sido vedados ou destruídos? Nos espaços externos (o exílio), proscritos (a clandestinidade) e mortos (os cadáveres e suas relíquias).<sup>171</sup>

Essa intenção de aniquilamento radical do “inimigo” produziu, contudo, efeitos paradoxais: os desaparecidos continuam mais vivos do que nunca e constituem um capítulo central da memória pública argentina.

<sup>170</sup> Guber (1996b).

<sup>171</sup> Id. *ibid.*, p. 211.

Isto se deve, em grande parte, à reação desencadeada por familiares que, organizados coletivamente, canalizaram a sua dor na luta por “*Memória, Verdade e Justiça*”. Através da celebração de rituais que buscam tornar os ausentes presentes, como Perón e Evita, os desaparecidos foram convertidos em um importante símbolo político e transformados em veículo de denúncia do “*Terrorismo de Estado*”:

A partir do momento em que os desaparecidos foram sugados para um dos buracos negros, eles se tornaram uma reminiscência imutável presa no tempo, uma presença feita de ausência física. Prisioneiros de suas próprias imagens em fotografias, de suas próprias crenças no momento do desaparecimento, eles se tornaram ícones a serem venerados, lendas a serem vividas.<sup>172</sup>

O processo de abertura democrática na Argentina ficou caracterizado pela imediata estigmatização do regime anterior. Aqueles que se apresentassem como vítimas, ou em oposição à ditadura, o faziam em nome de uma reivindicação moral. Para a consolidação da nova ordem política era preciso atribuir culpas e responsabilidades, buscar reparação e reconhecimento, bem como restituir a dignidade das vítimas e suas famílias. A responsabilização apareceu então como um caminho para a purificação moral da sociedade. As vítimas podiam agora narrar publicamente o seu sofrimento e as marcas espaciais de memória precisavam ser significadas através de novos e velhos lugares de memória. O imperativo de restituir a identidade e os corpos das vítimas se viu transformado num meio privilegiado para reconstruir a “Verdade”. Os *detenidos-desaparecidos*, através do ativismo de seus familiares, tornaram o passado presente e, cada vez mais, foram se convertendo num símbolo político potente para a reconstrução de uma memória nacional pautada na rejeição do passado imediato.

\* \* \*

Se a constituição do movimento de familiares de desaparecidos apresenta certa continuidade com a forma de ativismo das organizações de familiares de presos políticos conformadas no final da década de 1960 e primeiros anos de 1970, elas não tiveram uma duração limitada no tempo como as últimas, cujo período de mobilização correspondeu ao do cárcere político. Para além da extensão do grupo de afetados pela

<sup>172</sup> Perelli (1994, p. 45).

repressão, o fenômeno de rememoração e evocação permanente dos *detenidos-desaparecidos* e a persistência do movimento de familiares de desaparecidos ao longo do tempo – tendo em vista a sua renovação com a incorporação das novas gerações (H.I.J.O.S.) – parecem encontrar explicação tanto nas formas como os familiares significam o *evento crítico* do desaparecimento forçado em anos ditatoriais quanto na conformação de práticas de historicidade e temporalidade.

Ao lançar luz sobre os processos produtivos engendrados pelos atores sociais na (re)criação do passado, neste capítulo analisei as relações entre a política de desaparecimento forçado levada a cabo pela ditadura argentina e a luta pela memória empreendida pelos familiares de desaparecidos. Primeiramente, busquei examinar as particularidades da política repressiva implementada nesse país em comparação com as demais ditaduras que tiveram lugar no Cone Sul, para depois lançar algumas hipóteses sobre as possíveis relações que o fenômeno da memória guarda com os processos de conformação de imaginários nacionais e identidades sociais, com práticas de temporalidade e historicidade que, conforme discutido, trazem o passado político e seus tombados ao centro da vida social.

Argumentei ainda que a presença significativa das memórias dos desaparecidos no espaço nacional argentino deve ser compreendida considerando os processos de construção de sentidos aos mortos, à violência sofrida e ao próprio desaparecimento forçado como *crime político*: uma política de extermínio radical de pessoas (porque é físico e simbólico), um crime *de lesa-humanidade*, cujo efeito perverso seria a impossibilidade de realização do luto. O ativismo pela memória dos tombados se vê assim transformado num imperativo moral e político permanente: é um dever tornar os ausentes presentes, fazer os desaparecidos reaparecerem, convertendo-os em veículo para a afirmação de memórias e legados políticos.